



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia PROF - FILO

Proposições e reflexões sobre a violência na escola. As contribuições do pensamento de Hannah Arendt para o ensino de filosofia.

Bruno Rezende Mattos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia PROF – FILO da Universidade de Brasília, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Brasília 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia PROF - FILO

Proposições e reflexões sobre a violência na escola. As contribuições do pensamento de Hannah Arendt para o ensino de filosofia.

Bruno Rezende Mattos

Orientador:

Prof. Dr. Rogerio Alessandro de Mello Basali

Dissertação de Mestrado

Brasília 2025

Proposições e reflexões sobre a violência na escola. As contribuições do pensamento de Hannah Arendt para o ensino de filosofia.

Propositions and reflections on violence at school. The contributions of Hannah Arendt's thought to the teaching of philosophy.

Resumo:

Este trabalho tem como finalidade investigar se o ensino de filosofia é favorável ao combate da violência escolar. Para alcançar esta finalidade esta pesquisa decidiu abordar como os conceitos da filósofa alemã Hannah Arendt podem favorecer este combate. A metodologia escolhida foi a qualitativa com análise profunda de textos de pesquisadores da violência escolar, de textos de Hannah Arendt e de documentos legais acerca da educação no distrito Federal. O objetivo central da pesquisa é demonstrar a importância do ensino de filosofia no combate à violência escolar latente. No primeiro capítulo da pesquisa é apresentada uma visão geral acerca da violência escolar a partir de pesquisadores desta temática. São apresentados os conceitos de educação e violência em Hannah Arendt e é delimitado o “recorte” ou tipo de violência escolar que será abordado na pesquisa, a violência escolar latente. No segundo capítulo são apresentados os conceitos de mundo comum, poder, autoridade, responsabilidade, amizade em Arendt, os quais são relacionados a análise da violência escolar latente. Também, no segundo momento são apresentadas análises de trechos dos textos Regimento Escolar e Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal afim de entender como eles abordam o ensino de filosofia no ensino público do Distrito Federal, bem como, entender como estes documentos fundamentam o caráter reflexivo do ensino de filosofia. No quarto capítulo é apresentada uma proposta de intervenção pedagógica para professores de filosofia, a qual tem como finalidade geral conscientização, reflexão e responsabilização acerca da violência escolar

¹ Professor de filosofia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Licenciado em filosofia. Aluno do programa de pós-graduação PROF – FILO Mestrado profissional em ensino de filosofia na Universidade de Brasília. brunowkf@gmail.com

latente. Esta oficina filosófica proposta é fundamentada na perspectiva de oficina filosófica apresentada pelo professor Silvio Gallo. Por fim, a pesquisa aponta em suas considerações finais que o ensino de filosofia é o local mais favorável da comunidade escolar para a reflexão e o combate pedagógico da violência escolar latente.

Palavras Chaves:

Violência Escolar; Ensino de Filosofia; Hannah Arendt; Violência Escolar Latente; Sala de Aula.

Abstract:

This work aims to investigate whether the teaching of philosophy contributes to combating school violence. To achieve this goal, the research focuses on how the concepts of the German philosopher Hannah Arendt can support this endeavor. A qualitative methodology was adopted, involving an in-depth analysis of texts by scholars on school violence, writings by Hannah Arendt, and official educational documents from the Federal District of Brazil. The central objective of the study is to demonstrate the importance of philosophy education in addressing latent school violence. The first chapter offers an overview of school violence based on existing academic research. It presents Arendt's concepts of education and violence, and defines the specific form of violence addressed in the study—latent school violence. The second chapter explores Arendt's notions of common world, power, authority, responsibility, and friendship, connecting them to an analysis of latent school violence. It also examines excerpts from the School Regulations and the Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio of the Federal District, in order to understand how these documents approach philosophy education in public schools, and how they support its reflective nature. The third chapter presents a pedagogical intervention proposal for philosophy teachers, aimed at raising awareness, promoting reflection, and fostering responsibility concerning latent school violence. The proposed philosophical workshop is based on the pedagogical approach developed by Professor Silvio Gallo. In conclusion, the research argues that philosophy education provides the most favorable space within the school community for reflective and pedagogical engagement with latent school violence.

Keywords:

School Violence; Philosophy Education; Hannah Arendt; Latent School Violence; Classroom.

Agradecimentos

A Deus Todo-Poderoso e à Virgem Maria, que são o acalento, a força e o desejo mais profundo da minha alma. À minha família, que sempre esteve ao meu lado — em especial às pessoas mais importantes do meu coração: minha esposa Taynara, amor da minha vida, e meu filho Francisco, amor e alegria do meu coração. Aos colegas e amigos do Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia, que sempre me apoiaram e incentivaram. Aos colegas da primeira turma do Mestrado Profissional em Filosofia da UnB, minha gratidão por compartilharem comigo tantos bons momentos de reflexão e convivência pedagógica. Aos meus professores da UnB, com especial agradecimento ao professor Herivelto — excelente educador, sempre paciente e disposto a ouvir —, e ao meu orientador, professor Rogério Basalli, cuja paciência, entusiasmo e alegria nos motivaram e sustentaram em todas as etapas deste processo. Muito obrigado, de coração.

Lista de Abreviaturas:

ARENDR Hannah Arendt

ASSY Bethania Assy

DF Distrito Federal

EJA Educação de Jovens e Adultos

PROF - FILO Programa de Mestrado Profissional em Filosofia

SEEDF Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UNB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 01:	
Violência latente, uma reflexão acerca da violência escolar.....	15
1.1. Uma breve abordagem acerca da violência escolar.....	15
1.1.1. Abordagem geral.....	16
1.1.2. Abordagem de Priotto, Bonet e Charlot.....	17
1.1.3. Violência escolar no Distrito federal.....	20
1.2. Violência em Hannah Arendt.....	22
1.3. Escola e Educação em Hannah Arendt.....	25
1.3.1. Educação em Hannah Arendt.....	25
1.4. Violência escolar latente.....	28
1.5. De Zizek a Arendt.....	31
Capítulo 02:	
Responsabilidade, Autoridade, violência e Aulas de Filosofia.....	33
2.1. A condição humana e a pluralidade.....	34
2.2. Poder e Autoridade na Escola.....	36

2.3. A responsabilidade na comunidade escolar.....46

2.4. O *Amor Mundi* e a comunidade escolar.....51

Capítulo 03:

Violência escolar e a sala de aula de filosofia.....56

3.1. A documentação legal.....57

3.1.1. Currículo e Regimento.....57

3.2. A importância da sala de aula de filosofia no combate à violência latente.....64

Capítulo 04:

Oficina filosófica sobre violência latente.....68

4.1. Por que oficinas?.....69

4.2. A estrutura das oficinas filosóficas.....71

4.3. Organização pedagógica.....75

4.3.1. Sensibilização.....75

Tempo de duração.....75

Objetivo geral.....75

Objetivos específicos.....76

Estratégias.....76

Material.....77

4.3.2. Problematização.....77

Tempo de duração.....77

Objetivo geral.....	77
Objetivos específicos.....	78
Estratégias.....	78
Material.....	78
4.3.3. Investigação.....	79
Tempo de duração.....	79
Objetivo geral.....	79
Objetivos específicos.....	79
Estratégias.....	79
Material.....	80
4.3.4. Conceituação.....	80
Tempo de duração.....	80
Objetivo geral.....	81
Objetivos específicos.....	81
Estratégias.....	81
Material.....	82
4.4. Conclusões almejadas pela oficina pedagógica.....	82
Relato de Aplicação da Oficina Filosófica.....	85
Considerações finais.....	88
Referência Bibliográfica.....	91

Introdução:

A profissão de professor é uma atividade complexa e desafiadora. Complexa porque envolve estudo, planejamento e relações humanas. Desafiadora porque por vezes é definida como a atitude de ensinar um conteúdo, em outros momentos como a função que ajuda a construir sonhos ou como uma arte de relações humanas. Neste sentido ser professor é um desafio acadêmico e humano. Eu sou relativamente novo nesta profissão, iniciei o magistério aos 26 anos de idade no ano de 2017. Daquele tempo até hoje pude exercer a função de professor em escolas distintas, pude observar comunidades escolares distintas e aprender com cada uma das novas formas de enxergar e ministrar minhas aulas. Também tive a oportunidade atuar como coordenador pedagógico por três anos em uma comunidade escolar que misturava diversas realidades distintas. Foi justamente esta trajetória pelo magistério público que motivou a construção deste trabalho. Neste período em que atuo como professor uma coisa era comum nas comunidades escolares das quais fiz parte, a violência era presente em todas elas.

Mesmo que esta violência se apresentasse de formas distintas ela estava presente. A violência aparecia em agressões físicas entre alunos; em discursões e agressões morais entre professores, alunos e servidores da escola; também nas relações internas de cada grupo desta comunidade, alunos com alunos, professores com professores, servidores com servidores e gestão escolar. Outra característica que me chamou muito atenção, principalmente no período em que eu estive na coordenação pedagógica foi a “naturalidade” com que a violência é aceita no convívio escolar. Aparentemente a violência é entendida como algo natural e até aceitável em certa medida neste convívio. Diversas vezes se entende que atos de violência verbal e psicológica são atos normais em sala de aula e até “pedagógicos”. A violência é vista como uma parte natural da escola.

Que a violência está presente nas comunidades escolares, isto é uma realidade que salta aos olhos de toda a sociedade civil. Mas, que é natural sua presença ou até mesmo que ela é pedagógica, isto sim deve ser questionado. A partir destas experiências decidi fazer a inscrição para o mestrado profissional em filosofia (PROF-FILO) da Universidade de Brasília. A princípio busquei fazer um trabalho ligado a ética e o ensino de filosofia. Todavia, com auxílio dos professores do programa de pós-graduação decidi direcionar minha pesquisa a esta

realidade desconcertante que assola as comunidades escolares: a violência escolar que está presente na comunidade escolar.

Trabalhar a temática da violência não é algo fácil. Esta temática é sempre um desafio, visto que ela articula uma grande quantidade de possibilidades de interpretação e de caminhos para trabalhar. A violência na comunidade escolar pode ser interpretada a partir de diversos fatores: da perspectiva do professor, do aluno, das famílias envolvidas; o foco da pesquisa pode ser a violência física, moral, psicológica ou uma violência sistemática. Todavia, há a necessidade de delimitar a mesma, a fim de que objetivo do trabalho seja mais realista. Para tanto, decidi investigar uma manifestação específica da violência escolar, a violência presente nos relacionamentos cotidianos das escolas e que por vezes é naturalizada e interpretada como normal. Nesta pesquisa este recorte de temática foi nominado de violência escolar latente, visto que ela se apresenta de forma constante e latente nas relações dos grupos e indivíduos desta comunidade.

Desta intenção foi construída a problemática da pesquisa. Será que o ensino de filosofia pode auxiliar na demanda acerca de violência escolar? O fato é que não é possível esperar combater toda a problemática da violência em torno dos relacionamentos dentro dos muros da escola na sala de aula de filosofia. A violência é um problema social que precisa ser combatido de forma sistemática e envolvendo diversos setores da sociedade. Todavia, assim como fora feito um recorte da temática pesquisada, foi necessário delimitar os limites deste “combate à violência”. Desta maneira, a pesquisa se debruça sobre um possível combate à violência latente dentro dos limites da ação da escola e da sala de aula. Em outras palavras a busca é questionar se é possível combater pedagogicamente, ou dentro da esfera pedagógica, a violência latente escolar. Desta perspectiva é possível delimitar a pergunta central desta pesquisa: o ensino de Filosofia é favorável ao combate da violência latente na comunidade escolar? Questionamento que tem como resposta, ao fim do trabalho, que sim a sala de aula de filosofia e o ensino de filosofia são o local mais favorável da escola para a conscientização, a reflexão e a responsabilização pela violência escolar latente e, portanto, para o combate a mesma.

Uma vez definida a motivação e a temática seria necessário organizar os objetivos do trabalho. O objetivo central desta pesquisa é demonstrar que o ensino de filosofia² fulgura como uma das principais vias de reflexão na escola acerca da violência escolar, bem como a utilização

² É importante delimitar que o recorte de ensino de filosofia é a disciplina de filosofia do ensino médio, educação básica.

do arcabouço argumentativo e teórico da filósofa Hannah Arendt propicia esta reflexão e a responsabilização pela mesma. A fim de chegar a este objetivo central foram organizados quatro capítulos no corpo do texto que trazem em si objetivos específicos, os quais sendo alcançados auxiliaram na construção do objetivo geral, são eles: 1º refletir e delimitar o conceito de violência escolar latente, neste capítulo são apresentados autores que refletem sobre a temática da pesquisa e é delimitado o que se entende como violência escolar; 2º apresentar o arcabouço teórico da filósofa Hannah Arendt como caminho para conscientização, reflexão e responsabilização, são apresentados os conceitos de mundo comum, responsabilidade, poder, autoridade, *amor mundi*, amizade na teoria de Hannah Arendt, a fim de apresentar uma reflexão sobre a realidade e o combate da violência escolar; 3º Apresentar relação entre orientações legais para o ensino de filosofia e a importância da sala de aula de filosofia na temática violência escolar latente; 4º apresentar um produto pedagógico (oficina filosófica) como possível estratégia de reflexão e combate à violência escolar latente, esta oficina é organizada a partir das reflexões sobre oficina filosofia na educação básica do professor Silvio Gallo.

O referencial teórico deste trabalho conta com três eixos distintos e complementares, os quais, juntos, auxiliarão na completude e realização da pesquisa. São eles: o primeiro é composto pelos textos de Hannah Arendt – A Condição Humana (2007), Entre o Passado e o Futuro (2011), Sobre a Violência (2022), Homens em Tempos Sombrios (1987); o segundo é composto por comentadores da filosofia de Arendt, os quais auxiliam na compreensão das ideias da filósofa alemã, bem como a corroborar hipóteses desta pesquisa, são eles: Berstein: Porque ler Hannah Arendt hoje (2021), Assy: Ética, Responsabilidade e Juízo em Hanna Arendt (2019) e Aguiar: A amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt (2011); o terceiro ponto é composto por artigos publicados por alunos da Universidade de Brasília, bem como por documentos legais que norteiam a educação no Brasil e no Distrito Federal – Base Nacional Curricular Comum e Currículo em movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal e por fim do texto A Filosofia e Seu Ensino: Conceito e Transversalidade(2006) do professor Silvio Gallo, o qual serviu como base para a construção do terceiro capítulo.

A metodologia escolhida para alcançar o objetivo desta pesquisa e comprovar suas hipóteses é a metodologia qualitativa. Na busca de responder a problemática da pesquisa foi feita uma análise profunda dos documentos, artigos e teorias filosóficas propostas como referencial teórico a fim de delimitar a violência latente no ambiente escolar e entender que o ensino de filosofia é favorável à reflexão e à compreensão desta mesma violência.

Desta forma, considerando a importância e a complexidade da temática trabalhada é importante ressaltar que apesar do ensino de filosofia não ser suficiente para combater toda a estrutura da violência que assola a comunidade escolar, ele é o local mais favorável à reflexão e conscientização que podem iniciar o processo de combate à violência. Não é possível, nem realista, imaginar que o ensino de filosofia sozinho resolva o problema da violência escolar, todavia, também é um grande erro excluir o debate filosófico e suas contribuições deste combate.

Capítulo 01: Violência latente, uma reflexão acerca da violência escolar.

Consolo³

Há certas horas
em que as feridas
já esquecidas
voltam à vida.

Há certos dias
em que as medidas
das dores, da vida
restam indecidas.

Escorrem as horas,
transcorrem os dias.
Só resta a presença
da mera existência. (Arendt, 2023, p.21).

³ Neste trabalho foi feita a opção de iniciar cada um dos quatro capítulos com uma poesia da filósofa Hannah Arendt publicadas na compilação: Também eu danço. Cada poesia escolhida está conectada à temática abordada no capítulo específico. Neste primeiro capítulo onde se chama atenção para um recorte específico de violência, o qual consta em todas as relações da comunidade escolar, mas que é velado por um aspecto de normalidade, fora escolhida a poesia Consolo. Para recordar que apesar da violência se apresentar com normalidade, como algo comum e, portanto, gerar uma sensação de aceitação coletiva, ela é na verdade uma ferida, que precisa ser exposta e tratada.

1.1.Uma breve abordagem acerca da violência escolar:

1.1.1.Abordagem geral

O ambiente escolar é transbordante de emoções e novidades para jovens e adultos. Por vezes, é inspirador e transformador, fazendo com que crianças e adultos, estudantes e docentes, experimentem a descoberta de conhecimentos e vivências humanas. Todavia, o mesmo ambiente é também local onde se vivencia experiências negativas. A pluralidade de pessoas com histórias individuais, objetivos distintos e convívios sociais diferentes faz com que a escola seja também local de embates e conflitos. Estes conflitos podem gerar violência.

A violência é uma realidade presente nos pátios das escolas. Ela se manifesta de diversas formas dentro dos muros escolares, pode ser física, psicológica, sexual, moral e social, segundo o relatório da UNESCO acerca da violência escolar e o bullying (2019):

A violência escolar, que inclui a violência física, psicológica e sexual e o bullying, ocorre em todos os países. Entre as causas de origem estão as normas sociais e de gênero, bem como fatores estruturais e contextuais mais amplos, tais como a desigualdade de renda, exclusão social, marginalização e conflito. (UNESCO, 2019, p.12)

Esta violência também é reflexo da violência que está fora dos muros da escola. Comunidades e jovens que já estão acostumados a presenciar em suas casas, ruas e locais de convivência agressões e ofensas, das quais muitas vezes são vítimas, podem espelhar estas experiências e reproduzi-las nos corredores da escola. O fato é que a violência é presente na comunidade escolar⁴, tanto que se desenvolveu um conceito específico de violência para tratar desta manifestação, a qual é definida como violência escolar.

A violência escolar é caracterizada pelos abusos (físicos, psíquicos e sociais) sofridos por alunos, professores, servidores da escola ou familiares de alunos dentro do território escolar. Diversos autores trabalham esta temática em seus textos e artigos, entre estes destacam-se os

⁴ A comunidade escolar é constituída por estudantes e familiares, professores, coordenação, gestão escolar e servidores do apoio à educação.

professores e pesquisadores da Universidade Estadual do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Priotto e Boneti, os quais destacam-se nesta área por pesquisarem e classificarem este tipo de violência. Em seu artigo, *Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola*, os autores afirmam:

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (Priotto e Boneti, 2009, p.162 e 163)

Desta maneira, é possível afirmar que o ambiente plural e fecundo da escola é também local de conflitos que por diversas motivações pode gerar violência dentro da sua comunidade.

1.1.2. Abordagem de Priotto, Bonet e Charlot

Ao trabalhar a temática da violência é necessário ter em mente que ela se ramifica em uma diversidade grande de tipos de manifestações violentas, as quais apesar de se relacionarem possuem um universo próprio a ser debatido. A violência escolar é uma destas formas de manifestações da violência. Porém, mesmo a violência escolar possui ramificações de manifestações distintas dentro de si, acerca disto afirmam Silva, Junior e Caruso⁵: “Assim como ocorre com a violência urbana, a definição de violência escolar também é polêmica e polissêmica” (Silva, Junior, Caruso, 2022 p.6). Os autores que se dedicaram ao estudo desta forma de violência desenvolveram diversas nomenclaturas para falar das várias formas de sua manifestação. Dentre estes autores destacam-se as pesquisas de Priotto e Boneti (2009) e Charlot (2002), os quais buscam categorizar os vários tipos de manifestação desta violência. É importante destacar que antes de iniciar um debate ou uma reflexão acerca da temática da

⁵ Os pesquisadores Silva, Junior e Caruso são pesquisadores da Universidade de Brasília. Em seu artigo, *Violência Escolar e Violência Urbana* (2022), fazem uma relação entre a violência que é registrada dentro das comunidades escolares do Distrito Federal e da violência que ocorre nas comunidades onde estas escolas estão inseridas, esta pesquisa busca entender se a violência que ocorre dentro da escola é equivalente a violência que é registrada nas comunidades. A pesquisa destes autores conclui que não necessariamente violência escolar e violência urbana são equivalentes, em alguns casos escolas que estão em áreas urbanas um menor registro de violência possuem um alto índice de violência, bem como escolas que estão em locais urbanos com alto registro de violência possuem um índice pequeno de registros. Conteúdo desta pesquisa será abordado no próximo tópico deste trabalho.

violência escolar é necessário delimitar quais os limites para este debate ou reflexão, isto porque sendo a violência uma temática tão abrangente não seria possível em uma única pesquisa falar de todas as suas manifestações. Desta maneira, delimitar qual categoria ou qual conceito de violência escolar (e junto com ele os limites da abrangência das suas manifestações) deve ser o primeiro passo em uma reflexão acerca desta temática. É justamente este o intuito deste primeiro capítulo, demonstrar quais os limites daquilo que será definido como violência escolar nesta pesquisa. A fim de chegar a esta delimitação, é relevante levar em consideração os conceitos formulados por Priotto, Boneti e Charlot, os quais ajudarão a determinar qual manifestação ou ramificação da violência escolar este trabalho utiliza.

Em seus artigos Priotto, Boneti e Charlot subdividiram em categorias a violência escolar. Priotto e Boneti dividiram a violência escolar em três tipos: violência da escola, violência à escola e violência na escola. Já Charlot divide a violência escolar também em três categorias: violência da escola, violência contra a escola e violência na escola. Na prática, os conceitos destes autores organizam as mesmas categorias de violência escolar: uma violência que é praticada pela escola, uma violência que a escola sofre como vítima e uma violência praticada dentro dos muros da escola.

Dentro da perspectiva do conceito de “violência na escola” os autores buscam delimitar situações de violência física, moral e psicológica que acontecem dentro dos muros da instituição e têm como participantes a sua comunidade. Nas palavras de Priotto e Boneti:

No que diz respeito à violência na escola, esta se caracteriza por diversas manifestações que acontecem no cotidiano da escola, praticadas por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos. Caracterizam-se como atos ou ações de violência: Física – contra o(s) outro(s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam; drogas [uso, oferta, venda, distribuição de Álcool, Tabaco, Maconha, Cocaína, Crack, Merla, Anfetamínicos e outros]). Incivilidades – desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou bullying. Como reforça Fukui (1991), essas ações costumam ocorrer: dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula); portão de entrada da escola e na via pública em frente à escola. Com efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, como vítimas ou como agressores. (Priotto e Boneti, 2009, p.168)

O conceito de “violência na escola” delimita a violência que envolve o local “escola” e um ou mais membros da sua comunidade, ele é relevante sobretudo para compreender que esta

violência nem sempre se manifesta de forma física, pode ser psicológica e até envolver relações hierárquicas como: professor-aluno, professor-gestão escolar⁶, servidores escolares-gestão escolar.

Já o conceito de “violência da escola” delimita a violência que tem como vítimas alunos e seus familiares. Nesta categoria os autores definem os atos de violência que alunos e seus familiares recebem da instituição escolar e de seus servidores. Nas palavras dos autores:

Em relação à violência da escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar – abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim, a marginalização, a desvalorização do profissional professor, a insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional, falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força, como as que Abramovay (2003, p. 98) afirma ser violência “magoar, agredir por falta de respeito” que para os jovens são atos de violência por parte dos professores. (Priotto e Boneti, 2009, p.168 e 169)

Por fim, o conceito de “violência à escola/violência contra a escola” trata dos atos de violência que os alunos, seus familiares e pessoas externas fazem tendo a escola como vítima. Esta categoria engloba depredação ao prédio e equipamentos, furto a unidade, pichação, entre outros atos contra a instituição.

A importância das conceituações feitas por Priotto, Boneti e Charlot está no fato de poder delimitar categorias distintas das várias manifestações da violência dentro da comunidade escolar, o que facilita o trabalho de pesquisa. Ademais, os dois primeiros conceitos de “violência da escola” e “violência na escola” auxiliaram na construção do conceito de violência abordado nesta pesquisa. Porém, não somente estes conceitos são suficientes para fazer tal delimitação, ainda se faz necessário refletir acerca de outros aspectos da violência escolar, reflexões que serão feitas a partir de textos da filósofa Hannah Arendt e de outros autores ao longo deste capítulo.

⁶ A gestão escolar é composta por Diretor, Vice-Diretor, Chefe de Secretária e Supervisores.

1.1.3. Violência escolar no Distrito federal

É relevante mencionar que esta pesquisa tem como finalidade trazer embasamento teórico e filosófico para o debate acerca da violência escolar, assim como, uma proposta de didática pedagógica que possa servir como referencial a professores de filosofia e alunos neste debate. Porém, não se pode esquecer que a mesma pesquisa parte de uma realidade determinada de vivência escolar. Ela surge de observações, debates e experiências dentro dos corredores das unidades escolares do Distrito Federal. Portanto, pesquisas feitas a partir do ambiente da escola pública do Distrito Federal auxiliam na interpretação de violência escolar que esta pesquisa busca abordar.

A pesquisa mais recente acerca da violência escolar no DF presente no repositório⁷ da UNB⁸ foi concluída em uma tese de doutorado do departamento de Química, a qual foi compilada em um artigo publicado em 2022, na mesma universidade, pelos pesquisadores Silva, Junior e Caruso. Em sua pesquisa eles buscavam refletir acerca da relação entre violência escolar e violência urbana no Distrito Federal. Algumas das conclusões que os autores chegaram são relevantes para a construção da reflexão deste trabalho.

Silva, Junior e Caruso fundamentaram suas argumentações numa análise comparativa dos dados presentes nos relatórios das polícias militar e civil do Distrito Federal acerca da violência urbana no entorno das escolas e das ocorrências originadas das próprias unidades escolares. Ao ser feita a comparação dos dados, os autores aprestaram várias conclusões relevantes para o debate acerca da violência escolar no Distrito Federal, todavia, entre elas existem duas conclusões que contribuem mais para as reflexões deste trabalho. A primeira delas é: a realidade das ocorrências policiais feitas nas escolas não condiz com o nível real de violência que existe nas mesmas, visto que as unidades escolares nem sempre resolvem questões de violência com a presença da polícia, isto ocorre porque em sua maioria os alunos são menores de idade, bem como são compreendidos como indivíduos em desenvolvimento, e portanto, todo o problema busca ser resolvido de forma administrativa ou pedagógica e não policial. Nas palavras dos autores:

⁷ Esta pesquisa é a mais recente até o primeiro semestre do ano de 2024, ano em que este texto foi escrito.

⁸ Universidade de Brasília.

Assim como ocorre com outros dados reportados por atores individuais, é provável haver subnotificação. É comum as autoridades escolares acionarem a polícia somente nos acontecimentos mais graves, deixando os crimes de menor potencial ofensivo sem o devido registro. (Silva, Junior, Caruso, 2022 p.9)

Esta constatação de subnotificação deixa evidente que as próprias Unidades Escolares já administram um fator pedagógico no combate à violência escolar, o que demonstra que há um papel da escola no combate a esta forma de violência⁹.

Outra conclusão que os autores levantam em seu texto é que a análise dos dados demonstra que nem sempre a violência escolar é um reflexo da violência urbana. Segundo os pesquisadores em alguns casos o índice de violência dentro da escola é superior ao da violência presente nas zonas urbanas ao redor da unidade escolar, assim como, o oposto também ocorre, conforme afirmam os autores:

Segundo a análise que apresentamos aqui, há uma relativa dissociação entre violência escolar e urbana. Percebemos que uma região violenta não necessariamente possuirá escolas mais violentas ou o inverso. Assim como Abramovay e Rua (2002), percebemos que algumas escolas encontram-se aparentemente seguras em ambientes de violência, ao possuir baixo índice de registro de ocorrências escolares. (Silva, Junior e Caruso, 2022 p.13)

Esta conclusão pode demonstrar que existe uma possível distinção entre a realidade periférica da unidade escolar e os relacionamentos existentes dentro dela. É possível que o debate filosófico acerca da violência escolar permita uma outra percepção desta realidade pelos membros da sua comunidade, o que pode levar a uma outra visão dos relacionamentos existentes dentro dos muros da escola.

O ponto mais relevante que a pesquisa de Silva, Junior e Caruso apresenta para esta pesquisa é uma possível distinção entre violência escolar e violência urbana. Esta possibilidade ajuda na percepção de que a ação pedagógica pode conduzir os membros da comunidade escolar

⁹ É necessário ressaltar que esta pesquisa não afirma que a resolução da problemática da violência escolar é possível apenas com ações pedagógicas/administrativas da escola. A violência escolar é uma realidade complexa, fruto de problemas políticos e sociais. A violência precisa ser combatida em diversas esferas distintas. O que se evidencia aqui é que é possível a escola contribuir, a partir de uma ação pedagógica, na reflexão sobre esta violência e, portanto no combate à mesma.

a encarar a violência de uma forma distinta da que comumente é interpretada fora dos muros da escola, o que permite as novas gerações se separarem das esferas pública e privada, a fim de refletir sobre este tema importante, a violência dentro da comunidade escolar. Uma das principais reflexões que este trabalho busca apresentar é acerca desta natureza própria da educação a qual faz a ponte entre a esfera privada familiar e a esfera pública para as novas gerações. Esta característica da educação pode permitir que a escola seja interpretada como local de reflexão e reinterpretação da violência presente em seus corredores, afirmação que ganha força com as conclusões de Silva, Junior e Caruso ao perceberem que nem sempre a violência escolar é equivalente à violência urbana. Desta maneira, a fim de fundamentar esta reflexão é necessário questionar o que são a educação e a escola e se elas são capazes de instaurar uma reflexão que permita aos membros da comunidade escolar refletir e reinterpretar a violência que estão acostumados a vivenciar dentro dos muros da escola. Conforme foi dito acima, este trabalho optou por fazer estas reflexões a partir, principalmente, dos textos e conceitos da filósofa alemã Hannah Arendt.

1.2. Violência em Hannah Arendt

Uma importante interpretação acerca da violência na modernidade é a feita pela filósofa alemã Hannah Arendt. Apesar da filósofa não ter como prioridade em seu pensamento formar padrões éticos ou formular uma teoria sobre ética moderna, dedicou alguns textos ao problema da violência. Para Arendt, a tradição filosófica trata a violência como algo relacionado à política, quase como uma continuação dela, porém, a pensadora alemã demonstra em suas reflexões que esta afirmação está equivocada e que a violência só aparece quando a política já perdeu o seu lugar, já desapareceu. Assim, a interpretação de Arendt é uma nova forma de pensar a relação entre violência e poder, a filósofa tenta demonstrar que a relação entre os dois não é de continuidade, mas de oposição e que a violência é apenas o instrumental do indivíduo que não possui poder. Conforme afirma Arendt: “[...] O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido; [...]” (Arendt, 2022, p.64).

Este trabalho busca pensar a relação poder/violência dentro da comunidade escolar a partir das mesmas reflexões que Hannah Arendt, levando em consideração as reflexões que a filósofa fez acerca destes conceitos e de outros relacionados aos mesmos (como autoridade e

responsabilidade). Portanto, o pensamento de Hannah Arendt será o eixo fundamental desta pesquisa, é a partir dos seus textos que as reflexões deste trabalho se organizarão.

Uma das principais fundamentações conceituais de Arendt acerca da violência é encontrada no texto “Sobre a Violência” (2022). Neste texto a filósofa define este conceito da seguinte maneira:

[...] a violência, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (Arendt, 2022, p.57).

Arendt busca neste texto pensar o que é a violência. Para tanto, ela faz uma distinção de quatro conceitos: Violência, Poder, Vigor e Autoridade. A filósofa chama a atenção para o fato de que essencialmente a violência é um instrumental, ela existe quando, falando de um ponto de vista fenomenológico, na relação política o poder e a autoridade saíram de cena, não estão mais presentes.

Para entender melhor a definição de violência da filósofa é necessário compreender o que é poder, autoridade e vigor. O Poder é a capacidade de ação que somente vem da coletividade, o poder não pertence ao indivíduo, o que pertence ao indivíduo é o vigor. Nas palavras de Arendt:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na verdade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se origina o poder desde o começo (*potestas in populo*: sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “seu poder” também se esvanece. [...] (Arendt, 2022, p.55)

Assim, o poder vem do coletivo que em consenso decide por algo ou alguma coisa. O poder, portanto, não pertence a um indivíduo ou instituição, quando o coletivo é dissolvido, o poder também é dissolvido.

Análogo ao conceito de poder a filósofa trabalha o conceito de autoridade. A autoridade é quando o coletivo, que detém o poder, transfere algum poder para uma instituição ou indivíduo. Esta autoridade é coberta de responsabilidade e nunca pode ser confundida com violência, visto que a violência só existe quando não existe mais poder ou autoridade¹⁰.

Já o Vigor, é para Arendt, a força das características individuais do sujeito, o qual sempre tenta sobrepor o coletivo. Por conta disto, o vigor, sempre conduz a um conflito com a coletividade. A filósofa descreve o vigor da seguinte maneira:

O vigor, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar. [...] É da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor individual. (Arendt, 2022, p.55 e 56).

Para Arendt, o poder emana da coletividade, portanto não pertence à esfera do indivíduo. Quando um indivíduo tenta sobrepor sua vontade à coletividade ele utiliza do vigor. A violência surge justamente quando não existe mais poder nem autoridade e desta forma o Estado, o Soberano ou o Tirano utilizam violência com instrumento de controle.

Pensar a violência escolar a partir da ótica de Arendt ajuda a entender como esta violência se desenvolve dentro dos muros da escola. A perda da autoridade e a não compreensão da origem do poder, fazem com que as relações dentro da escola sejam pautadas por um instrumental violento, o qual leva alunos, professores, direção e servidores a utilizarem da violência para alcançar suas finalidades e objetivos. Sendo a escola um local de convívio coletivo, no qual existem relações de poder, autoridade e hierarquia, a não compreensão da natureza do poder e, portanto, a inexistência do reconhecimento da autoridade gera a violência dentro das relações escolares. Entender como poder/autoridade e violência se relacionam nesta coletividade permite entender como a violência escolar se manifesta dentro da escola, ademais

¹⁰ O conceito de autoridade ainda será trabalhado de forma mais detalhada no segundo capítulo desta pesquisa. Neste momento, para fins de delimitação do conceito de violência, é suficiente esta explanação sucinta da autoridade.

permitirá também compreender qual manifestação da violência escolar está sendo trabalhada nesta pesquisa.

1.3. Escola e Educação em Hannah Arendt.

A violência pode se manifestar em qualquer ambiente coletivo onde se perdeu de vista a interpretação do poder, porém, a violência escolar demanda um pouco mais de reflexão para sua compreensão. Esta violência específica é manifesta em um local específico, a escola, o qual possui uma natureza e uma finalidade própria. Para Arendt, a escola e a educação constituem uma esfera que não se encaixa na vida pública e na vida privada, é um meio termo entre as duas. A fim de entender melhor esta natureza da educação será feita agora uma explanação destes conceitos no pensamento de Hannah Arendt. Para cumprir esta demanda este trabalho se valerá da compreensão do texto sobre a educação de Hannah Arendt, Crise na Educação presente na compilação de texto da autora, Entre o Passado e o Futuro.

1.3.1. Educação em Hannah Arendt.

Arendt, no texto Crise na Educação, articula sua argumentação falando sobre a crise existente na educação moderna¹¹. Entre vários apontamentos ela demonstra que apesar de haver uma reforma na maneira de enxergar a educação e a escola na modernidade persiste uma crise

¹¹ É necessário esclarecer que Arendt está se referindo a uma crise educacional na América do século XX, sobretudo no pós guerra. Conforme diz a citação: “A crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas. Na América, um de seus aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica na educação, que se tornou, no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico. Certamente não é preciso grande imaginação para detectar os perigos de um declínio sempre crescente nos padrões elementares na totalidade do sistema escolar, e a seriedade do problema tem sido sublinhada apropriadamente pelos inúmeros esforços baldados das autoridades educacionais para deter a maré. Apesar disso, se compararmos essa crise na educação com as experiências políticas de outros países no século XX, com a agitação revolucionária que se sucedeu à Primeira Guerra Mundial, com os campos de concentração e de extermínio, ou mesmo com o profundo mal-estar que, não obstante as aparências contrárias de propriedade, se espalhou por toda a Europa a partir do término da Segunda Guerra Mundial, é um tanto difícil dar a uma crise na educação a seriedade devida.” (Arendt, p.221 e 222, 2011)

global na educação, relacionada à perda de autoridade das escolas e dos professores e pela descaracterização da função da educação.

A filósofa chama a atenção para o fato de que nas pedagogias modernas fora deixado de lado a questão fundamental da educação: a natalidade. Assim como na política, para Arendt, o ponto fundante da educação é o fato de surgirem em nossa civilização constantemente novas gerações. Estas novas gerações renovam o mundo humano e é por conta delas que existe a educação. Nas palavras de Arendt:

[...] É a oportunidade, proporcionada pelo próprio fato da crise – que dilacera fachadas e oblitera preconceitos –, de explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu, e a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo. [...] (Arendt, 2011, p. 223)

Da conclusão de que a essência da educação é a natalidade, a filósofa alemã, entende que ela possui uma relação importante com a política. Porém, apesar desta relação, Arendt, defende que é necessário ter um cuidado especial com as novas gerações, isto porque elas são novas num mundo antigo, assim não estão preparadas ainda para o mundo da política. O mundo em que as novas gerações são colocadas é o mundo velho das antigas gerações, segundo a autora, mesmo as teorias mais revolucionárias das gerações antigas, sempre serão teorias antigas para os novos no mundo.

A educação encontra-se em uma posição distinta de outras esferas da sociedade, ela pertence ao mundo antigo, mas lida com o constante novo. A educação transmite a tradição constantemente às novas gerações¹². Esta posição singular também faz com que ela esteja em um meio termo, não pode ser entendida apenas como uma reprodução do mundo privado, ela não pode servir para moldar os jovens à forma de seus lares privados, bem como, não pode ser confundida com a política¹³, visto que os jovens ainda não têm total entendimento do mundo das relações humanas para serem inseridos nele. A educação é uma esfera iniciação política, na qual aqueles que são o novo do mundo se separam da esfera privada de suas famílias e são introduzidos e preparados para a política.

¹² Como será apontado mais a frente, esta relação entre a tradição e as novas gerações está intimamente ligada aos conceitos de responsabilidade e autoridade.

Por possuir esta essência, a educação, tem uma dupla responsabilidade. Deve preservar a tradição do mundo já existente para que as novas gerações não descartem este mundo; deve também, conduzir os jovens a renovarem a tradição e o mundo, a potencializarem sua característica de revolução, a fim de que não sejam apenas uma reprodução do mundo já existente. Esta dupla responsabilidade repousa na necessidade da manutenção da tradição e na renovação do mundo que cada nova geração traz para o mundo humano. Nas palavras de Arendt:

Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é. Essa responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores; ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo em contínua mudança. Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação. (Arendt, 2011, p. 239)

Desta maneira, em Hannah Arendt, a educação assume uma característica bem delimitada. Ela é a esfera entre o público e o privado, uma esfera de iniciação e preparação à política. Ela apresenta as novas gerações a um mundo distinto do ambiente familiar sem assumir o papel da família, ensinando a tradição do mundo já construída. Ela também não é a esfera pública, mas prepara os jovens para assumir seu caráter revolucionário e renovar esta esfera pública, pois tanto a educação quanto a política têm como essência a natalidade.

Em Arendt a educação, portanto a escola, é este local separado das pressões do mundo público e privado, um local para as novas gerações descobrirem seu caráter revolucionário sem abandonar a tradição que os precede. A escola é desta forma local de descoberta. Assim, é possível afirmar que Arendt defende a ideia de que a escola e a educação devem retirar as pressões externas da esfera familiar e criar um ambiente favorável às novas gerações, a fim de que elas vivam seu caráter revolucionário. É importante então entender a comunidade escolar como um local separado, uma esfera singular na qual é possível dedicar a atenção dos jovens a um conteúdo específico e levá-los a se preparar para viver no mundo político. A comunidade escolar é, então, o local onde pode se debater sobre a violência vivida dentro desta comunidade.

É dentro dos muros da escola que professores e alunos podem pensar sobre sua convivência diária, refletir sobre a violência que vivem e criar formas de terem relações não violentas.

É importante também entender que não se trata de afirmar que a escola está alienada da realidade e da violência que existe fora dos muros da mesma e que a comunidade escolar sofre. Trata-se de entender que o ambiente escolar, a sala de aula, permite uma reflexão com uma menor pressão social dos interesses externos acerca da violência. A escola permite à comunidade escolar refletir sobre a violência e pensar formas de superá-la. Ademais, sendo a escola um local onde há um número significativo de casos de violência é também nela que a comunidade escolar pode pensar na sua violência e tentar superá-la. Em outras palavras, dentro da comunidade escolar é possível criar um ambiente próprio de debate e reflexão sobre os problemas desta escola, tais como violência, expectativas para o futuro, construção da história e da cultura de suas comunidades, é possível então retirar as novas gerações da esfera privada e encaminhá-las para a vida pública a partir do debate público dos problemas da própria escola.

1.4. Violência escolar latente

Neste ponto do trabalho já é possível delimitar qual conceito de violência escolar será utilizado nesta pesquisa, bem como entender qual manifestação desta violência ele abrange. O filósofo eslavo Žižek (2014) instaura, em seu texto sobre a violência (Violência: seis reflexões laterais), uma reflexão que chama atenção, não para os atos de agressão em si, as explosões de fúria, mas para uma violência mais sutil que está presente constantemente nas relações humanas, a qual é como um pano de fundo nas relações do ser humano, é uma violência que foi normalizada, que já não é mais questionada e que, portanto, é muito mais perigosa que um ataque de fúria. O filósofo afirma que é possível dividir a violência em dois tipos: objetiva e subjetiva. A violência subjetiva é aquela que ocorre quando o indivíduo foge à normalidade da ação e é agressivo e furioso, ela é mais visível e amplamente divulgada. Já a violência objetiva é como um pano de fundo colocada no estado de normalidade, ela sempre está presente, porém é confundida com o comum, o normal, e portanto, não se leva em consideração o fato de que é a violência objetiva que é a fonte dos atos de violência subjetiva. Nas palavras do filósofo:

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso leva-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionais” de violência subjetiva. (Zizek, 2014, p.23)

A reflexão acerca da violência escolar que esta pesquisa busca realizar não é sobre casos de atos violentos e agressões físicas¹⁴. A busca é por refletir sobre a violência que ocorre nos relacionamentos internos aos muros escolares, a qual foi normalizada como comum ou até mesmo como uma característica do ambiente escolar. Esta violência é como um pano de fundo que possui em si preconceitos e agressões que são velados em uma sombra de normalidade e até definidos como características da educação. Esta violência escolar não se manifesta como algo evidente aos olhos despercebidos pela correria do dia a dia da escola, ela é velada, mas constante, portanto latente. Latente, pois está presente em todos os ambientes da escola, mas não se manifesta de forma evidente, é confundida com algo comum e inerente às relações escolares. Portanto, o conceito de violência escolar que esta pesquisa quer trabalhar pode ser definido como: violência escolar latente.

Olhando para as categorias delimitadas por Priotto, Boneti e Charlot é possível perceber que somente a “violência na escola” e a “violência da escola” estão próximas do recorte que esta pesquisa utiliza. Todavia, mesmo estas duas categorias ainda não se enquadram no conceito de violência escolar latente, visto que as categorias “da” e “na” escola ou enquadra casos de agressão física (no caso da categoria “na”) ou limita como autor da violência apenas os servidores da escola (no caso da categoria “da”). Portanto, a violência escolar latente não se enquadra nestas duas categorias, isto porque ela categoriza as relações violentas de toda a comunidade escolar e não de apenas uma parte, bem como não busca trabalhar os casos de violência física, mas sim a violência que está normalizada por trás das relações existentes dentro do muro da escola. Assim sendo, é possível categorizar a violência escolar latente como uma subcategoria das categorias de violência “na” e “da” escola, pois ela trabalha pontos específicos de cada uma destas categorias apontadas por Priotto, Boneti e Charlot.

¹⁴ Esta pesquisa não busca focar a atenção na violência física, em atos de agressão e fúria física apenas. A violência que se quer refletir nesta pesquisa é acerca da violência presente nas relações dentro do ambiente escolar.

O recorte de violência apresentado nesta pesquisa também traz em sua interpretação o conceito de violência de Hannah Arendt¹⁵ apresentado acima. A violência latente ocorre nas relações escolares quando a autoridade e o poder não existem mais no convívio escolar. Quando não existe mais o poder na coletividade da comunidade escolar e, portanto, não existe mais autoridade na figura do professor, na figura da gestão escolar, o que faz com que não exista mais reconhecimento do outro na coletividade, não haja alteridade. Nesta situação o poder e a autoridade são substituídos pelo instrumental violento. Esta substituição traz duas características análogas à utilização da violência na política: primeiro, a violência é uma última tentativa de manter alguma ordem dentro do grupo que perde as características de organização, isto porque não há mais poder nem tampouco o reconhecimento da autoridade; segundo, assim como na política, na escola existe uma normalização do uso da violência como estratégia legítima e até natural ao processo pedagógico e a estrutura dos relacionamentos dentro da escola.

A violência escolar latente é, pois, a violência normalizada como comum. Ela se manifesta em todas as relações da comunidade escolar como um pano de fundo que aparenta normalidade, mas que é justamente o ponto de partida que conduz os indivíduos ao extremo de cometerem ações de agressão física, moral e verbal. O recorte de violência dentro dos muros da escola que esta pesquisa utiliza é um pouco sutil, de algo que se apresenta como comum, mas é utilizada como instrumental para substituir a ausência de poder e autoridade nas relações escolares. O próximo passo da pesquisa é refletir sobre como a ausência de autoridade e poder fazem as relações serem fundamentadas na violência dentro da escola e como a reflexão sobre esta questão pode gerar consciência e responsabilidade nos indivíduos da comunidade. Ademais, é importante recordar que esta pesquisa interpreta escola e educação dentro dos conceitos de Arendt, os quais afirmam que estas instituições são uma esfera pré-política (no sentido de que a educação introduz os jovens na vida política) e que elas permitem aos alunos terem uma experiência de suspensão das pressões sociais das esferas familiares e políticas. A escola é o local onde se pode pensar sobre a violência latente, reconhecer a sua existência e perceber a responsabilidade que cada indivíduo possui na manutenção desta violência. O próximo passo deste trabalho é demonstrar como este percurso pode ser feito a partir das reflexões de Hannah Arendt.

1.5. De Zizek a Arendt.

É necessário explicar como os conceitos de violência de Zizek e Arendt podem ser úteis à compreensão da violência escolar latente. Primeiro deve-se distinguir que a perspectiva em que cada um destes autores aborda o conceito de violência é distinta. Em Zizek a violência aparece como algo constante e impregnado na vivência social, ela faz parte deste convívio e é naturalizada como um “pano de fundo”; em Arendt a violência é vista como um instrumento para alcançar uma finalidade portanto para substituir o poder. Ocorre que esta distinção é justamente o ponto que liga a compreensão de uma violência escolar latente.

Como será apresentado no segundo capítulo deste texto o recorte de violência trabalhado nesta pesquisa busca refletir sobre como a comunidade escolar perde de vista o ideal de um mundo comum, o que conseqüentemente remove a possibilidade de existência do poder e da autoridade (conceitos trabalhados a partir da perspectiva de Hannah Arendt), esta perda da possibilidade de um mundo comum na escola, faz com que sua comunidade tenha grupos isolados, os quais continuam tendo obrigações e objetivos a alcançar nesta comunidade. A não existência da autoridade torna a violência latente uma possibilidade para cada grupo (professores, alunos e servidores) cumprir com seus objetivos e anseios.

É justamente essa comunidade com grupos isolados, sem ter em seu horizonte a possibilidade do poder e da autoridade e que são pressionados para cumprir com seus objetivos quem naturaliza a violência latente como a forma mais sensata de sobreviver dentro dos muros da escola.

É neste ponto em que tanto o conceito de Zizek, quanto o de Arendt são fundamentais para o recorte de violência da pesquisa. O que se afirma é que a violência latente é um misto tanto da instrumentalização da violência na busca de cumprir com seus objetivos, quanto ela é naturalizada nesta comunidade como uma ação comum, o que dificulta a possibilidade de pensar em uma outra relação que não seja esta. O ponto de encontro entre as teorias está na perspectiva de que há uma naturalização da instrumentalização da violência dentro do ambiente escolar, de tal maneira que a violência latente se torna o pano de fundo no qual se constrói as relações escolares.

Como já não há mundo comum, nem tampouco poder coletivo e autoridade a instrumentalização da violência torna-se senso comum. Um bom exemplo para entender esta

perspectiva encontra-se na crescente militarização de escolas com histórico violento no Distrito Federal¹⁶. A partir da constatação da violência presente nas relações escolares destas comunidades a ação de combate à violência é criar um ambiente de rigor e hostilidade, naturalizando a violência como estrutura comum e disciplinar destas comunidades já acometidas por este mal. Como nestas comunidades militarizadas já não há mundo comum, poder coletivo, portanto não há autoridade, a violência foi institucionalizada, pela militarização, transformada em disciplina e naturalizada como pano de fundo de todas as relações.

Assim, conforme será trabalhado abaixo a proposta deste trabalho é justamente apresentar o ensino de filosofia, e neste sentido os conceitos de Arendt, como caminho para instaurar uma nova reflexão sobre a presença da violência escolar latente, o que se propõem a tentar gerar consciência desta realidade, portanto uma nova via de convívio nas comunidades escolares que pode conduzir a uma reinterpretação do poder e da autoridade.

¹⁶ É preciso explicar que este exemplo é dado dentro da realidade das escolas públicas militarizadas no Distrito Federal, as quais tem entre suas finalidades o combate à violência escolar. Segundo a Portaria Conjunta de nº 22, de 28 de outubro de 2020, publicada em Diário Oficial do Distrito Federal, uma das finalidades da instituição escola cívico-militar é combater a indisciplinas escolar e a violência escolar, conforme diz o texto: “CAPÍTULO I DA FINALIDADE E ESTRUTURA Art. 1º Instituir as Escolas de Gestão Compartilhada - EGCs, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, doravante denominados Colégios Cívico Militares do Distrito Federal, como Unidades Escolares - UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de Ensino Fundamental e Médio, por intermédio das quais ações conjuntas são realizadas, entre as Secretarias supracitadas, a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania. §1º A SEEDF é responsável pela gestão administrativa e pedagógica das UEs e pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme Leis de Diretrizes Educacionais. §2º A SSP/DF é responsável pela gestão disciplinar, cabendo empregar o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF na coordenação de atividades extracurriculares e nas ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o bem-estar social.” (DISTRITO FEDERAL, 2021 ,p.30)

Capítulo 02

Responsabilidade, Autoridade, violência e Aulas de Filosofia:

Crepúsculo¹⁷

Crepúsculo que cai,
Acena, demora –

Cinza é a maré.

Crepúsculo que cala,
Em silêncio declina,
Conclama, reclama,
Em silêncio proclama –

Cinza é a maré.

Crepúsculo que consola,
Modera, cura,
Aponta na treva
Uma órbita nova –

Cinza é a maré. (Arendt, 2023, p.37).

¹⁷ Este segundo capítulo começa sua reflexão com a poesia “crepúsculo” composta por Arendt. A poesia recorda que o crepúsculo é um anoitecer que conduz a agitação do dia ao silêncio da noite, porém, este silêncio em seu calar não é mudo, ele apresenta novamente todos os sentimentos vivenciados no dia-a-dia, este silêncio recorda os bons momentos e relembra os erros vividos durante a luz. Ademais, a escuridão do crepúsculo é sempre fecunda de um novo dia que em breve nascerá. Desta maneira, é possível dizer que também é assim a comunidade escolar. Apesar de o ambiente escolar ser constante agitação e movimento, somente quando é feito silêncio que as estruturas por trás desta agitação aparecem. Só quando se faz silêncio que é possível olha para comunidade escolar com outros olhos e enxergar a violência latente lá presente. Este silêncio, este “crepúsculo” grita a realidade latente da agitação escolar. Ademais, este silêncio também é possibilidade de pensar uma nova comunidade escolar.

2.1. A condição humana e a pluralidade:

Uma vez que foi delimitada como violência latente o recorte de violência escolar que esta pesquisa irá trabalhar é possível fazer uma exposição de como os conceitos da filósofa Hannah Arendt podem ser interpretados dentro da perspectiva da comunidade escolar.

Os primeiros conceitos importantes são retirados do texto A Condição Humana. Neste texto a filósofa faz uma reflexão sobre a vida ativa do ser humano. Arendt define por vida ativa ações fundamentais do ser humano: labor, trabalho e ação. Cada uma destas atividades representa uma parte distinta da condição de vida humana:

Destes três conceitos os mais relevantes para esta pesquisa são os conceitos de trabalho e ação. A obra é a condição em que o homem cria seu mundo artificial para se comunicar com seu semelhante, onde ele modifica o mundo com seus artefatos. É necessário ressaltar que existe uma diferença entre mundo biológico e mundo humano. O mundo biológico é o mundo material, composto pela natureza e pela matéria. O mundo de relações humanas é o mundo do trabalho humano, um mundo de instrumentos e artífices humanos, os quais possibilitam o mundo de relações humanas, onde os indivíduos se expressam e se comunicam através de instrumentais criados pelo homem para gerar sua sociedade. Nas palavras de Arendt:

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo — o *homo faber* que «faz» e literalmente «trabalha sobre» os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e «se mistura com» eles — fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade, do «valor» de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. Devidamente usadas, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à criatura mortal e instável que é o homem. (Arendt, 2007, p.149)

Este conceito é fundamental para a pesquisa visto que a escola, o convívio escolar se dá através deste mundo humano, destas relações intermediadas pelas estruturas de relação e por linguagem. É também neste mundo de relações que ocorre a violência latente nas relações da comunidade escolar, portanto é nele que será possível combater ou ressignificar estas relações violentas.

Já a ação somente é possível onde há pluralidade, na qual o indivíduo faz política. Uma das compreensões mais importantes para o pensamento de Arendt é que a política se faz de forma coletiva, na pluralidade. O poder surge do coletivo. É importante entender que a escola é o local de preparação dos estudantes para a vida política na sociedade e a compreensão da vivência em pluralidade deve ser estimulada dentro dos muros da escola. A violência latente se apresenta quando não existe poder no coletivo escolar, quando um grupo, um indivíduo usa de violência nas relações escolares. É também na compreensão da convivência em pluralidade dentro da escola que é possível superar a violência latente.

Quando Arendt trabalha o conceito de ação, em *A Condição Humana*, ela afirma que a ação e o discurso são características do ser humano, somente o homem tem a capacidade de revelar a si e não apenas impulsos aos seus iguais: “[...]Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa — como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo. [...]” (Arendt, 2007, p. 189). Ademais, a filósofa também afirma que o homem manifesta a si neste discurso, o discurso é um revelar a si mesmo para o outro com alteridade, esta característica é fundamental para uma vida humana, de tal maneira que sem ela não há vida humana, o homem pode suportar viver sem produzir para consumir (como *animal laborans*) e sem produzir artefatos (como *homo faber*), todavia, para manter-se humano não pode abandonar o discurso e ação, é pelo discurso que o homem se insere em um mundo de humanidade, um mundo comum entre os homens, no discurso, na alteridade o homem é inserido em um mundo comum a todos os homens, um mundo onde cada indivíduo revela a si e seu mundo aos outros indivíduos:

[...]Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando a outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos ou a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isto deixa de ser humana. Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação — único modo de vida em que há sincera renúncia de toda vaidade e aparência na acepção bíblica da palavra — está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. [...] (Arendt, 2007, p. 189)

É condição para a humanidade o convívio com os outros semelhantes, participantes da humanidade. Só há humanidade quando o discurso, a abertura à alteridade e apresentação de si

mesmo são possíveis. Desta forma, a compreensão de mundo comum em Arendt apresenta um mundo humano, construído e estruturado através dos artefatos criados pelo homem, mas que fundamentalmente se consolida através do discurso e da ação. O conceito de mundo comum é fundamental para esta pesquisa, visto que em uma comunidade escolar onde some do horizonte a compreensão de uma possível alteridade entre grupos e membros da escola, bem como não existe a possibilidade dos indivíduos revelarem a si e interagirem pelo discurso, esta realidade sem a ação, é o local onde fundamentalmente a violência latente é utilizada para preencher a lacuna deixada pela ausência de poder e autoridade, o que é consequência da não existência de um mundo comum.

Desta forma, ação, pluralidade e mundo comum são conceitos fundamentais para a política e a ética em Arendt. Estes conceitos podem e devem ser interpretados dentro do convívio escolar. A comunidade possui a possibilidade de construir dentro do ambiente escolar um mundo comum ou uma relação de violência. As relações entre professores, alunos, direção/coordenação, servidores escolares e familiares constituem este mundo comum dentro dos muros da escola. A sala de aula, os trabalhos, provas e atividades coletivas são o instrumental que forma este mundo de relações humanas. A possibilidade de se relacionar, conviver e sobretudo expressar sua opinião de maneira a impactar nas decisões coletivas deste mundo comum são o convívio da pluralidade dentro da escola.

Todavia, assim como nas relações fora da escola, dentro da mesma este mundo comum e a pluralidade são ameaçados por violência. Os próximos pontos desta pesquisa irão apontar quais conceitos das teorias de Hannah Arendt podem auxiliar a interpretar a comunidade escolar como local comum e a apresentar a sala de aula de filosofia como o local de possibilidade para a conscientização reflexão e início do combate à violência escolar latente.

2.2. Poder e Autoridade na Escola:

A temática acerca do poder é de grande relevância para o debate sobre violência escolar. Normalmente poder é discutido dentro da esfera política, porém, sendo a escola o local que prepara as novas gerações para adentrarem no mundo comum da política é comum perceber uma influência nas relações violentas e não violentas na vivência do poder na comunidade

escolar. Ademais, sedo a escola local de convivência, no qual muitos interesses distintos se encontram (o interesse do aluno, do professor, da gestão escolar e dos servidores) é permeada de conflitos que são estruturados pelas relações de violência e poder.

O primeiro ponto que deve ser esclarecido é o que se entende por poder nesta pesquisa. O conceito de poder possui diversas interpretações dentro da história da filosofia, mas a que é mais comum é a ideia de que o poder se apresenta na política e que está atrelado à violência. Arendt afirma em seus escritos que por muito tempo a tradição filosófica interpretou que violência e poder eram equivalentes, não podendo haver poder sem o uso da violência: “[...] Se nos voltarmos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder” (Arendt, 2022, p.47). Ocorre que a filósofa, também, apresenta em seus textos uma outra forma de interpretar o conceito de poder e sua relação com a violência. Esta interpretação de Arendt é fundamental para pensar as relações de violência latente na escola e qual a relação que ela possui com a interpretação de poder que existe na comunidade escolar.

Conforme foi dito no primeiro capítulo, Arendt distingue entre violência e poder. Para a filósofa a violência é um meio e não um fim em si, este é utilizado quando o poder perde seu lugar e assim a coletividade deixa de ser possível. Desta forma, poder é a manifestação da coletividade no mundo comum. Política e poder só podem ser manifestados a partir da coletividade, o mundo humano é o mundo da pluralidade e o poder é a manifestação do interesse desta coletividade.

Levando em consideração a interpretação de Arendt acerca do poder é possível estender esta reflexão para as relações da comunidade escolar. As relações dentro dos muros da escola são relações que preparam o indivíduo para o mundo político. Justamente por este motivo a filósofa alemã entende que a educação é uma esfera intermediária, está entre o mundo privado (da família) e o mundo público (da política):

Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. [...] (ARENDR, 2011, p.238)

Levando em consideração esta compreensão, é possível afirmar que a escola é local de preparação para a vida política, para o mundo comum e por este motivo deve ser também um mundo comum. A escola deve ser local de construção de poder a partir da coletividade

A perspectiva de poder dentro dos muros da escola deve ser interpretada aos olhos do mundo comum. É uma relação de poder construída dentro da comunidade e da coletividade. Ademais, é necessário esclarecer que esta interpretação não é nova, ela já está presente na legislação que organiza e estrutura as escolas públicas do DF, acerca disto afirma o Regimento Escolar da SEEDF:

Art. 5º A Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da unidade escolar no sistema e o caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I – Participação da comunidade escolar na definição, na implementação e no acompanhamento de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e participação na eleição de Diretor e Vice-Diretor da unidade escolar; (SEEDF, 2019, p.15)

Assim, é possível afirmar que, ao menos na construção teórica, já se espera que a comunidade escolar apresente este caráter coletivo, que seja um mundo comum, bem como, que suas decisões sejam tomadas através do conceito de poder de Arendt.

Todavia, o que se revela com os estudos da violência escolar é que comumente não se vive em um mundo comum, nem se interpreta que o poder dentro da comunidade deve ser construído de forma coletiva. A violência latente, como visto acima, é a manifestação desta perda de vista do poder coletivo nos relacionamentos da comunidade escolar e a instrumentalização da violência para tentar cumprir as demandas e finalidades da esfera escolar.

O que então pode gerar a violência latente dentro das escolas? Existe uma diversidade de fatores que podem ser estudados para responder esta pergunta, todavia, um destes em particular é mais alinhado ao debate instituído nesta pesquisa. Um dos principais motivos geradores de violência nas escolas é a não interpretação do poder, portanto a não compreensão da autoridade. Segundo Silva, Junior e Caruso uma das principais temáticas trabalhadas em torno deste tipo de violência é a perda da autoridade dos professores e da indisciplina dos alunos, assim afirmam os autores:

Outro tema que tem emergido em debates sobre educação e violência escolar diz respeito à militarização das escolas (CARUSO; PINTO, 2019; DE OLIVEIRA, 2016; GRAZINOLI GARRIDO; LEAL FILPO, 2018; SANTOS et al., 2019). O crescimento das escolas públicas militarizadas demonstra, em certa medida, a busca do Estado em prover soluções rápidas e populistas para a chamada crise de autoridade dos professores, por um lado, e para a indisciplina dos estudantes, por outro. [...] (Silva, Junior, Caruso, 2022 p.6)

A sensação é que o professor e a direção da escola não possuem mais autoridade e que os alunos perderam o respeito. A consequência seguinte é a instalação de violência como no instrumental que substitui a autoridade e tenta frear a indisciplina.

Ademais, assim como a interpretação do conceito de poder em Arendt é alinhada à compreensão de mundo comum, também a interpretação da autora acerca da autoridade segue a mesma reflexão. Esta interpretação da filósofa é de grande valor para uma compreensão da ausência de autoridade na escola e o aumento da violência latente, pois a não existência de um mundo comum nas escolas parece ser o grande motivador da não existência da autoridade neste ambiente.

Todavia, para entender esta relação é preciso primeiro compreender o que é autoridade na perspectiva de Arendt. Para responder esta pergunta é necessário voltar ao conceito de autoridade presente em dois textos da filósofa, são eles: Sobre a Violência e O Que é Autoridade (in Entre o Passado e o Futuro). No texto sobre a violência Arendt define da seguinte maneira a autoridade:

A autoridade, relacionada com o mais enganoso desses fenômenos e, portanto, um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas – há algo como a autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre criança e seus pais, entre aluno e professor –, ou pode ser investida em cargos como, por exemplo, no senado romano (*auctoritas in Senatu*); ou ainda em postos hierárquicos da Igreja (um padre pode conceder a absolvição mesmo bêbado). Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a autoridade tanto ao bater em seu filho quanto ao discutir com ele, ou seja, tanto se comportando em relação a ele como tirano quanto o tratando como igual.) Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. [...] (Arendt, 2022, p. 56 e 57)

Já no texto *O Que é a Autoridade* a filósofa afirma:

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos. (A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.) (Arendt, 2011, p. 129)

Duas características desta definição devem ser levadas em consideração: primeiro a autoridade é atribuída, concedida, ela não é pertencente ao indivíduo que detém autoridade; segundo a autoridade é reconhecida e não imposta, sendo ela atribuída deve ser reconhecida tanto por quem exerce autoridade, tanto por quem se submete, ou reconhece a autoridade investida, a violência torna a autoridade algo inviável, visto que a violência retira o caráter de reconhecimento dela. Estas duas características devem ser levadas em consideração na reflexão acerca da violência latente nas escolas. A interpretação de autoridade utilizada pelos professores e direção é a de que a autoridade é concedida ou que os seus cargos já possuem autoridade em si? A resposta a esta pergunta permite entender se as relações na comunidade escolar são violentas ou não. Caso na comunidade se entenda que a autoridade é algo que pertence ao cargo que se ocupa (um exemplo o cargo de gestor), portanto deve ser reconhecida a qualquer custo, é comum que não ocorrendo o reconhecimento desta autoridade seja acionada a violência para tentar suprir esta falta. Porém, caso a autoridade seja reconhecida como uma concessão do poder, o qual é exercido pelo reconhecimento da maioria, esta é exercida dentro dos limites que o próprio poder, a pluralidade de indivíduos, permite e a reconhece, desta forma ela pode ser exercida sem o uso da violência¹⁸.

Outra reflexão importante encontrada no texto de Arendt sobre a autoridade encontra-se na parte em que a autora reflete sobre o porquê a autoridade está em crise nos tempos

¹⁸ É importante ressaltar que este trabalho não afirma que todas as comunidades escolares vivem em contexto de violência e de não compreensão da autoridade. O que a pesquisa busca estimular é a reflexão sobre como a autoridade é interpretada dentro da comunidade escolar e quais as possíveis relações desta com a violência escolar latente.

modernos. Para tanto, ela define autoridade a partir do senado romano. A filósofa neste texto distingue pelo menos dois tipos de autoridade: pré-política e autoridade na perspectiva romana. Estas duas formas tipológicas podem auxiliar na interpretação do porquê a autoridade tem desaparecido do ambiente escolar.

A autoridade pré-política é uma forma mais rasa e não pertence a esfera da política. Segundo a autora esta forma de autoridade é pertencente às esferas pré-política que estão ligadas à educação das novas gerações. É a autoridade que pertence aos pais e aos professores. Nas palavras da autora:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, [...] (ARENDRT, 2011, p. 128)

Esta forma de autoridade é de grande valor para a pesquisa, pois é justamente a perda do sentido de autoridade dentro da comunidade escolar que propicia experiências violentas. Ademais, é importante afirmar que apesar desta forma de autoridade ser pré-política isto não significa que ela não tenha relevância para a política, isto porque assim como a educação esta autoridade está na esfera que forma as novas gerações para adentrarem no mundo adulto, portanto ela é fundamental para a formação da sociedade.

A autoridade no sentido romano é interpretada por Arendt como origem do conceito de autoridade na política ocidental. A filósofa reflete em seu texto sobre como a autoridade romana não residia na imposição de força entre os cidadãos e sim na compreensão de que a autoridade provém da própria força que a tradição e a história de Roma apresentam aos seus cidadãos. A autoridade é interpretada aqui como uma continuação da dignidade da fundação de Roma, dignidade esta que se apresenta a partir do senado, que em suas deliberações representam esta autoridade e indicam as ações para manter viva a sua tradição e aumentar seu poder. Nas palavras da autora:

Foi nesse contexto que a palavra e o conceito de autoridade apareceram originalmente. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os patres, os quais a

obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de maiores. A autoridade dos vivos era sempre derivativa, dependendo, como o coloca Plínio, dos auctores imperii Romani conditoresque, da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no número dos vivos. A autoridade, em contraposição ao poder (potestas), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos. *Moribus antiquis res stat Romana virisque*, nas palavras de Ênio. (Arendt, 2011, p. 163 e 164)

Esta compreensão de autoridade não está ligada a violência ou a imposição de um indivíduo sobre outro. Nesta perspectiva a autoridade se impõe pela tradição, é o passado que concede a autoridade ao senado, porém, este passado é vivo dentro das relações coletivas desta comunidade, visto que ele organiza a hierarquia e a submissão no mesmo, pois é aceito tanto pela parte que dá ordens quanto pela parte que se submete. Assim, a autoridade neste sentido não está ligada à violência, mas a aceitação desta autoridade na vivência coletiva e no crescimento desta coletividade. Infere-se destas compreensões que a autoridade não pode ser vivida junto com a violência. Assim, como o poder ela é distinta da violência e só existe quando ambas as partes, a parte quem dá as ordens e a parte que obedece reconhece a autoridade daquela ordem dada. É possível afirmar que só há de fato autoridade para Arendt no horizonte de mundo comum, na qual se reconhece o poder investido naquele que representa a pluralidade.

Segundo Arendt, a educação é o local para uma autoridade pré-política, uma compreensão mais natural da necessidade que as novas gerações possuem ante a tradição e os adultos. Esta interpretação pode se apresentar como caminho favorável a entender por que existe a percepção de que não há mais autoridade nas escolas. O que é proposto aqui é que não se interpreta mais a comunidade escolar como um mundo comum. Na verdade, a comunidade não possui mais a participação de seus membros e nem tampouco a possibilidade do surgimento de um poder coletivo. O que comumente se apresenta é o isolamento dos grupos desta comunidade, bem como na perda do ideal coletivo dela. Esta perspectiva faz com que a comunidade se torne um local de grupos distintos, os quais medem forças para tentar alcançar seus objetivos. Como neste horizonte a ideia de que a autoridade não é possível sem o seu reconhecimento mútuo some de vista, o que permanece são os grupos individuais (alunos, professores, coordenação, gestão, apoio a educação) medindo forças uns com os outros, usando-se da violência latente para submeter seus interesses. A problemática não está somente na não existência da autoridade, mas na não compreensão da inexistência de condições para fomentar autoridade e poder coletivo nas comunidades escolares.

Sendo a autoridade derivada do poder, o qual pertence à coletividade, é possível interpretar que a perda de autoridade dos professores em sala de aula deriva da perda da perspectiva do poder comum que existe nesta comunidade. O poder é algo que pertence ao coletivo, assim, quando parte do grupo é retirada da participação do poder da comunidade escolar não é possível interpretar que esta parte excluída do poder possa enxergar a autoridade que emana das diretrizes da outra parcela da comunidade escolar. A perda de vista da perspectiva de um poder comum à comunidade escolar, a não compressão de que a autoridade é reconhecida e aceita por quem cria as diretrizes e por quem as segue, é justamente o que leva a naturalizar a violência latente como resposta aos anseios e desejos dos grupos distintos desta comunidade.

O que esta pesquisa busca refletir é que sendo a comunidade escolar um mundo comum, um mundo partilhado entre gerações distintas, a manutenção do poder é o que permite a vivência comum destas gerações. Bem como, a ausência do poder coletivo gera espaço para a violência latente, a qual tenta suprir a perda de autoridade.

O convívio entre gerações distintas e grupos de interesses diferentes sempre gera conflitos, os pátios das escolas são testemunhas destes constantes conflitos. Todavia, esta pesquisa propõe que não necessariamente o conflito deve ser confundido com violência¹⁹. Cada grupo desta comunidade possui um interesse estipulado, seja pelo interesse comum deste grupo ou por alguma diretriz legal que delimita quais as atribuições do grupo²⁰. É fundamental para esta reflexão entender que o professor precisa chegar o mais próximo possível dos resultados esperados em seus objetivos de planejamento pedagógico – o professor precisa fazer plano de curso, objetivos de sua disciplina, planejar aulas, atividades e pensar no crescimento coletivo e individual de seus alunos – bem como a gestão da escola possui seus planejamentos bimestrais e anuais e da mesma maneira os alunos possuem seus interesses e sonhos quando entram nos prédios escolares. Essa diversidade de objetivos, obrigações e interesses é própria da diversidade da comunidade escolar, o que gera necessariamente conflitos de interesse, todavia,

¹⁹ É importante destacar que a violência ocorre nas comunidades escolares por diversos motivos, muitas vezes ela inicia fora do convívio desta comunidade e apenas continua suas consequências dentro dela. O que esta pesquisa busca não é dizer que a escola será um ambiente onde jamais irá ocorrer violência, mas que esta violência não deve ser normalizada e naturalizada, deve ser questionada de forma coletiva, e aquilo que for possível combatido de forma pedagógica.

²⁰ O documento que estrutura e organiza a educação pública no Distrito Federal é o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal de 2019. Dentre as diversas normativas previstas neste documento estão as atribuições e deveres das equipes gestora, de coordenação e órgãos colegiados da escola (Assembleia Geral Escolar, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmios Estudantil), bem como os direitos, deveres e vedações dos docentes e discentes.

o conflito e o desacordo, bem como o debate fazem parte dos processos escolares de conhecimento e educação. A problemática ocorre quando estes interesses não são debatidos e nem trabalhados pelo corpo geral da comunidade escolar, quando cada grupo ou indivíduo isolado em sua própria realidade tenta impor seus interesses ao coletivo. Conforme foi debatido acima, a força é uma característica do indivíduo e não da coletividade, quando os grupos diversos desta comunidade se vêm isolados e disputam forças para impor suas obrigações e objetivos é perdido o horizonte de comunidade comum, as disputas deixam de ser o local onde ocorre o aprendizado e a violência se torna o instrumental destas relações.

Conforme foi dito acima, a autoridade só pode ser vivada em uma dimensão dupla de reconhecimento, quem detém a autoridade reconhece que esta autoridade provém da coletividade, quem está submetido à autoridade reconhece a autoridade que a coletividade pôs sobre aquele indivíduo ou grupo. Todavia, quando o mundo comum se perde, a autoridade desaparece, pois já não existe o reconhecimento dela. Assim, como quando não há um debate de opiniões e sim uma disputa de forças e violência na comunidade escolar, o poder que vem da coletividade se esvanece. Entretanto, as obrigações e objetivos dos diversos grupos desta comunidade permanecem. Assim, se instala uma realidade de disputa constante entre indivíduos e grupos desta comunidade, os quais comumente utilizam de violência como instrumental de suas relações a fim de chegarem aos seus objetivos. Ameaças (de professores a alunos, de alunos a alunos, da gestão aos professores e alunos) tornam-se a língua comum desta nova realidade. E ao que tudo indica, esta disputa não cessará enquanto não houver o reestabelecimento do mundo comum desta comunidade. Como o processo de violência continua existindo por um tempo indeterminado, ele é normalizado, ou naturalizado como relação comum da comunidade e até interpretado como “único meio” para de fato alcançar os objetivos de cada grupo.

Esta violência latente nas comunidades escolares se apresenta então como a própria escola, ou como a própria educação. Normatizada de maneira geral, ela é entendida como meio único de superar os problemas de disciplina e autoridade atuais. Quando a violência latente gera dentro da comunidade episódios de violência física e psicológica existe uma busca para tentar freá-la. Todavia, como a violência já é normatizada como instrumento favorável à pedagogia, boa parte das medidas são de disputa de força entre grupos e de instrumentais violentos. O que esta pesquisa propõe é que a violência latente existente dentro das comunidades escolares e que as mesmas comunidades buscam combater-la com mais violência. Esta reflexão deve conduzir

a perspectiva de que a maneira mais favorável para combater esta realidade é o retorno à interpretação de que a escola é um mundo comum destes diversos grupos que a compõem e que é necessário conduzir suas disputas a partir de um debate coletivo, reconstruindo o poder coletivo desta comunidade e restaurando a compreensão da autoridade existente na mesma. Sem o poder restaurado, novas e antigas gerações, grupos e objetivos diferentes continuaram constantemente se individualizando na comunidade, medindo forças e utilizando de violência para alcançar seus objetivos. Desta forma, o ensino de filosofia pode se apresentar como fundamental a instauração desta reflexão na comunidade escolar.

Em resumo, interpreta-se que a escola é o mundo comum entre alunos e professores. Conforme foi dito acima, este mundo é regido por uma comunidade de indivíduos distintos, com interesses distintos. O professor deseja que seu conteúdo seja interpretado pelos alunos; os alunos desejam que a aula faça significado para eles; a gestão da escola deseja que estas atividades sejam organizadas e concorram para o bom andamento das atividades escolares. Porém, nem sempre estes interesses estão alinhados, é comum que entre as partes que convivem na comunidade escolar os interesses sejam diversos ou em alguns momentos contrários entre si. A violência latente está justamente posta nestas relações, quando estes interesses não se alinham e quando a forma de solucionar estas divergências repousa na violência (verbal, emocional, física e moral). É perceptível um problema nas relações de poder e autoridade. Os professores sentem que já não possuem autoridade em sala de aula, os alunos sentem que as aulas não representam seus interesses e a gestão escolar acredita que já não tem mais o poder de organizar estes conflitos²¹. As relações tornam-se violentas na comunidade, uma vez que cada grupo busca impor seus interesses sobre os outros. Por fim, esta violência é normalizada na comunidade escolar como algo comum a esta. Como se as relações dentro dos muros da escola fossem normalmente violentas. Esta atitude individualiza os grupos da escola, os quais medem forças entre si para realizar seus interesses. Esta ação gera episódios de violência física e emocional, a qual é combatida com mais embate de forças entre os grupos da comunidade escolar, o que gera mais violência. Esta violência é naturalizada e encarada como “ambiente comum”, assim não há mais mundo comum entre os grupos, não há mais poder coletivo e,

²¹ A pesquisa *Indisciplina na Escola: a Educação Física Como Mecanismo de Castigo* (2020) apresentada como dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado Profissional de Educação Física da UNB em conjunto com a UNESP pelo por Hadamo Fernande de Souza apresenta esta perspectiva, em sua pesquisa ele demonstra que a indisciplina dos alunos é trabalhada historicamente a partir de punições, as quais não cumprem com a finalidade de diminuir a indisciplina.

portanto, não há reconhecimento da autoridade. A proposta deste trabalho é que o ensino de filosofia pode levar à conscientização, reflexão e combate deste ciclo de violência latente.

2.3. A responsabilidade na comunidade escolar:

A comunidade escolar deve ser um local de manifestação do poder da coletividade, porém, esta vivência não é e nem pode ser entendida como uma relação sem ordem ou organização. Na verdade duas fontes de diretrizes para a organização desta comunidade e de seus objetivos são bem claras: a primeira é a legislação vigente que norteia a organização da escola e define seus objetivos gerais, esta comunidade deve exercer o seu poder coletivo em busca de se organizar e a fim de encontrar os objetivos estipulados por esta legislação²²; em segundo lugar deve-se destacar a necessidade de preparar as novas gerações para assumir seu papel político no mundo comum fora da escola, esta necessidade que organiza os horizontes da escola é uma responsabilidade dos professores e gestores da mesma. É importante que esta comunidade escolar insira as novas gerações em mundo de relações humanas que é novo para eles, a fim de que eles sejam capazes de se relacionar com este mundo, mas também é importante que esta ação não condicione esta nova geral a apenas reproduzir o mundo das gerações antigas, mas que seja capaz de trazer a novidade de sua geração para o mundo comum da política e da ação.

Hannah Arendt trabalha o conceito de responsabilidade na educação no texto *Crise na Educação (Entre o Passado e Futuro)* da seguinte maneira:

[...]Nessa etapa da educação, sem dúvida, os adultos assumem mais uma vez uma responsabilidade pela criança, só que, agora, essa não é tanto a responsabilidade pelo bem-estar vital de uma coisa em crescimento como por aquilo que geralmente denominamos de livre desenvolvimento de qualidades e talentos pessoais. Isto, do ponto de vista geral e essencial, é a singularidade que distingue cada ser humano de

²² É importante destacar que esta vivência não é um segmento cego e sem críticas, é notório que as instituições educacionais vivem sobre a vigência da legislação, porém, é necessário que as comunidades escolares, sobretudo os professores e gestores, tenham sempre um espaço de fala crítica ante os órgãos públicos que estruturam esta legislação, a fim de que suas experiências e conhecimento sejam norteadores da definição de objetivos gerais da educação pública do DF. No Distrito Federal esta relação acontece a partir da organização dos órgãos institucionais (Secretaria de Educação), órgãos de classe (Sindicato dos professores) e representantes da comunidade no Conselho de Educação do Distrito Federal, órgão este que analisa e aprova os objetivos da educação nesta Unidade Federativa.

todos os demais, a qualidade em virtude da qual ele não é apenas um forasteiro no mundo, mas alguma coisa que jamais esteve aí antes.

Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se' cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é. [...] (Arendt, 2011, p. 239)

Na comunidade escolar esta responsabilidade significa que os adultos (professores, gestores e servidores) têm a responsabilidade de conservar a tradição a fim de apresentá-la às novas gerações, o que permite que estes sejam preparados para o mundo comum dos adultos, o mundo da vida pública; bem como, a responsabilidade também é auxiliar que as novas gerações mantenham sua característica revolucionária de renovar o mundo. Já no tocante à parte das crianças e jovens também é possível ressaltar um aspecto de responsabilidade, o de adentrar na tradição apresentada pelos adultos, aprender sobre o mundo humano que já existia antes delas e se preparar para adentrar no mundo público com a sempre novidade de sua geração. Ou seja, cada grupo desta comunidade possui uma responsabilidade, seja ela ditada pela tradição ou legislação, ou pelo próprio fato de pertencer à nova geração no mundo.

Continuando sua reflexão no texto sobre a educação Arendt fala sobre a relação que há entre responsabilidade e autoridade no ambiente educacional. Para a filósofa, a responsabilidade do professor assume um caráter de autoridade, na medida em que ele representa a tradição e o mundo adulto no processo de inserir as novas gerações neste mundo. Arendt também chama atenção para o fato de que a autoridade do professor não advém de sua formação acadêmica ou técnica, ela vem da responsabilidade. Nas palavras de Arendt:

Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo. (Arendt, 2011, p. 239)

Em outras palavras a autoridade não pertence ao cargo em si, ela é depositada no professor por conta do papel que exerce na renovação da sociedade. A autoridade do professor se confunde com sua responsabilidade e desta forma se confunde com o poder que vem da coletividade. Não é possível pensar que esta autoridade pode coexistir com a violência latente, o pré-requisito de sua existência não é a força que o professor assume diante de seus alunos, nem tampouco como o seu conhecimento o coloca acima deles, o pré-requisito desta autoridade é a responsabilidade assumida pelo professor diante da coletividade humana e das novas gerações.

Para a filósofa alemã, a perda de autoridade dentro do ambiente escolar está fundamentalmente no fato de que os adultos desta comunidade não assumem responsabilidade pelas novas gerações:

Na educação, ao contrário, não pode haver tal ambiguidade face à perda hodierna de autoridade. As crianças não podem derrubar a autoridade educacional, como se estivessem sob a opressão de uma maioria adulta embora mesmo esse absurdo tratamento das crianças como uma minoria oprimida carente de libertação tenha sido efetivamente submetido a prova na prática educacional moderna. A autoridade foi recusada pelos adultos, e isso somente pode significar uma coisa: que os adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças. (Arendt, 2011, p. 240)

Esta constatação ressalta o fato de que a crise na autoridade existente nas escolas pode ser um pouco mais profunda do que apenas a interpretação de que: “já não se respeita mais a autoridade dos professores”²³. O que pode ocorrer é que nem a comunidade escolar respeita esta autoridade, ou que talvez ela não tenha mais a compreensão dela. Não parece justo apenas colocar toda a justificativa em um grupo da comunidade escolar, o professor pode não entender qual sua participação na perda da autoridade uma vez que está envolvido no “pano de fundo” de uma violência latente. É fato de que a autoridade perdeu seu espaço dentro da comunidade escolar, também é fato que o professor não tem mais em seu horizonte clara esta responsabilidade que deve assumir diante do mundo adulto e das novas gerações, porém também é fato que os professores da atualidade se esforçam com muito ânimo a cumprir seus objetivos previstos na legislação bem como os anseios sociais sobre sua profissão e a formação das novas gerações²⁴.

²³ Frase que constantemente é repetida e sentida na pele por todos os professores da atualidade.

²⁴ O Regimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresenta em seu artigo 303 um Rol de deveres do professor, entre eles destacam-se: “VI - participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento,

O que aparenta acontecer é o que foi dito acima nesta pesquisa. A não compreensão de um mundo comum dentro do ambiente escolar, faz com que o poder seja perdido, os grupos desta comunidade se isolam e na busca quase que desesperada de cumprir seus objetivos e realizar seus anseios veem no instrumental da violência latente, violência naturalizada como comum o refúgio para suas buscas. Os professores, gestores e servidores não assumem essa responsabilidade por má vontade, mas porque ela já não aparece como possível em seu horizonte, com a comunidade segmentada, a pressão constante de cumprir suas funções e o poder substituído pela força e vontade individual, são engolidos pela violência latente, a qual já se apresenta constantemente nas frases: “esta é a realidade da escola”, “é assim mesmo, os jovens são assim, é necessário sermos mais duros com eles”, “se você não se impor e mostrar quem manda na sala de aula, nunca conseguirá dar aula”. Por mais motivado ou desejoso de assumir sua responsabilidade e construir uma ponte de autoridade em sala de aula que o professor seja, sempre será um desafio tão grande quanto enfrentar a normalização da violência como substituta do poder nas comunidades escolares.

A questão fundamental parece ser a necessidade de interpretar a escola como mundo comum. O retorno a uma comunidade escolar que consiga aceitar suas responsabilidades e criar um ambiente onde a autoridade seja possível parece ser apenas em um mundo comum, no qual o poder de fato substitua a violência. Apenas separar os grupos desta comunidade e gerar culpa neste de forma individual por não serem capazes de cumprir com os objetivos preestabelecidos para a educação não resolve a problemática. Somente em um mundo comum estas diferenças entre indivíduos e grupos tornam-se diálogo e podem gerar autoridade. Conforme já foi apresentado acima, no texto “A Condição Humana”, Arendt afirma que somente o ser humano possui alteridade capaz de informar não apenas impulsos, mas sua individualidade, a si mesmo, de tal maneira que o espaço da ação e do discurso são indispensáveis para a vida humana, sem este espaço para apresentar assim entre iguais o homem não é mais humano. Nas palavras de Arendt:

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à

à avaliação e à formação continuada” (SEEDF, 2019, p.110) e “VIII - zelar pela aprendizagem dos estudantes, estabelecendo estratégias e intervenções pedagógicas, tais como: projetos interventivos, reagrupamentos, entre outros, quando necessário;” (SEEDF, 2019, p.110), os quais estão diretamente ligados ao trabalho contínuo de formação que é realizado pelos professores.

mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade da *vita activa*. Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando a outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos ou a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isto deixa de ser humana. Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação — único modo de vida em que há sincera renúncia de toda vaidade e aparência na acepção bíblica da palavra — está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. (ARENDDT, 2007, p.189)

A vida humana para ser vivida como humana, precisa da ação, da possibilidade de uma comunicação plural, mas que revela sua identidade. Esta possibilidade só se faz possível em mundo comum no qual os grupos e indivíduos possam expressar suas particularidades, possam apresentar quem são. Quando a comunidade está fragmentada em grupos distintos, os quais utilizam da violência com instrumental para conseguirem seus objetivos, não é possível esperar que ocorra a possibilidade de cada indivíduo apresentar sua alteridade. Sem esta coletividade, não se pode esperar que exista poder ou comunidade na escola. Sem o poder não haverá autoridade, nem o reconhecimento dela. Desta forma, não é possível exigir do professor que se responsabilize por apresentar a tradição às novas gerações, bem como não se pode esperar que as novas gerações estejam abertas a apreender o que é o mundo dos adultos ou que confiem nestes para auxiliar na sua busca de viver sua natureza revolucionária.

Uma comunidade escolar que não é mundo comum pode até cumprir com alguns objetivos e interesses previstos em leis, mas nunca cumprirá devidamente com a função de introduzir as novas gerações em um mundo de pluralidade da esfera política. O professor, não pode cumprir esta responsabilidade, pois não possui autoridade para isto. O aluno não pode aceitar a autoridade que vem dos professores e da gestão, pois esta na verdade nunca foi apresentada a eles. Existe apenas uma violência naturalizada como comum, a qual separa os grupos desta comunidade e distancia ainda mais os jovens dos adultos.

Ademais, existe outro fator da responsabilidade no ambiente escolar que deve ser levado em consideração, o fato de que ela permite demarcar as divisas entre as gerações e os grupos da escola. A princípio pode parecer contraditório dizer que a responsabilidade separa grupos quando se fez acima um discurso sobre como ela só é possível em um mundo comum. Porém, não se trata de isolar os grupos, muito pelo contrário, a definição da responsabilidade de cada grupo define seu local nesta comunidade, o que permite uma interação entre estes grupos distintos.

A comunidade escolar possui uma organização definida e se espera de cada grupo desta organização posturas distintas. Como foi dito acima o professor tem a responsabilidade de apresentar o mundo às novas gerações e as novas gerações têm a responsabilidade de apreenderem sobre o mundo com os professores. Caso não haja uma organização, uma delimitação destes grupos, uma fronteira entre estas gerações é possível que as relações sejam prejudicadas, visto que as novas gerações não podem assumir a responsabilidade pelo mundo adulto, pois não o conhecem, bem como os professores não podem assumir o caráter revolucionário e novo das novas gerações, pois este pertence aos alunos. A questão é que a responsabilidade torna clara as delimitações de cada grupo, o que permite que suas relações sejam mais claras e portanto, a autoridade possa ser exercida por uns e aceita por outros, no sentido de ser reconhecida no todo da pluralidade de grupos distintos da comunidade escolar.

Quando a equipe de gestão e professores de uma escola deixa as novas gerações jogadas a sua própria sorte, ela deixa de cumprir com sua responsabilidade. Quando uma nova geração se recusa a aprender com seus professores sobre a tradição de seu mundo, ela não cumpre sua responsabilidade e sua inserção na esfera pública se torna prejudicada. A responsabilidade ajuda a delimitar as fronteiras deste grupo diverso que é a comunidade escolar, o que permite que a mesma viva pluralidade e portanto possua o poder e a autoridade.

Desta forma, a autoridade e a responsabilidade são questões fundamentais no combate à violência latente na comunidade escolar. Uma comunidade que tem em seu horizonte a vivência de um mundo comum é capaz de delimitar a fronteira entre as gerações e permitir que ambas as gerações assumam sua responsabilidade.

2.4. O Amor Mundi e a comunidade escolar:

Nos textos de Arendt um conceito aparece ligado a ideia de mundo comum, o conceito de *amor mundi*. Para a filósofa, este conceito remete à amizade, porém não a amizade sentimental ou emocional. O *amor mundi* é um laço que liga os indivíduos dentro do mundo comum, que os une em seus interesses e afinidades, é uma amizade na pluralidade, na vida pública. Este conceito está ligado a uma atitude distinta da consequência social de uma sociedade massificada. Para a filósofa, em uma sociedade de massa o homem é reduzido a

esfera privada, é isolado da coletividade e só se iguala ao seu semelhante no desejo por consumir. O *amor mundi* é a amizade que se fundamenta no compartilhamento do mundo comum, na vivência plural e na possibilidade de apresentar o seu mundo aos seus semelhantes. No texto “A Condição Humana”, Arendt apresenta o mundo comum como este local de convivência entre os homens:

[...] Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. (ARENDR, 2007, p.62)

Já no texto “Homens em Tempos Sombrios” (2008) Arendt apresenta a amizade como humanidade. Esta humanidade não é uma mera condição biológica ou natural do ser humano, ela é uma característica que aparece na pluralidade dos homens, ela só é possível em um mundo comum. O professor Odílio Alves Aguiar²⁵, no texto: A amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt, chama a atenção para esta perspectiva e afirma que em Arendt a humanidade é uma característica política do ser humano, a qual só é possível no mundo comum:

Avançamos ainda mais nessa direção da compreensão da amizade, em Arendt, se considerarmos o livro Homens em Tempos Sombrios (1968), de modo particular, os capítulos dedicados a Lessing e a Jaspers. O primeiro texto, em especial, a despeito de ser um discurso de agradecimento ao recebimento do prêmio Lessing, da cidade de Hamburgo, é o que reúne a maioria das indicações da compreensão arendtiana da amizade. Em ambos os textos, a amizade, além de associação e compartilhamento do mundo, é pensada como um modo privilegiado de humanidade, pois essa associação e esse compartilhamento do mundo são feitos através da comunicação. Isso levou Arendt a diferenciar Humanity (espécie humana) e *humaness* (humanidade). A primeira possui uma natureza compartilhada mundamente por todos os exemplares do gênero. Nesse caso, embora divida com os outros várias atividades, os homens não articulam um mundo entre si. Exemplo típico dessa situação são as atividades realizadas nas sociedades de massas, nas quais se vive uns com os outros, contudo, não se estabelece um intercâmbio comunicativo. Já a segunda é a forma singular com que cada homem divide o mundo com os outros através do discurso. Trata-se da maneira pessoal de adentrar ao universo da linguagem e do mundo comum. Humanidade, portanto, não é uma realidade natural e objetiva pertencente à espécie animal humana, mas uma qualidade que emerge nas relações que os homens estabelecem entre eles. A amizade não é apenas cura para a solidão e o desamparo, mas índice da liberdade, uma vez que implica o distanciamento de si próprio, o reconhecimento dos outros e o estabelecimento de conexões com eles. A amizade

²⁵ Professor da Universidade Federal do Ceará, leciona no Programa de Pós-graduação em filosofia na UFC e UECE.

possui, por isso, relevância política (Arendt, 1987, p. 31) e, política e liberdade, em Arendt, são cooriginárias.

A diferença entre espécie humana e humanidade faz Arendt associar a primeira à compaixão e a segunda à amizade. A compaixão é uma espécie de aversão ocasionada pela percepção de um semelhante humano afetado pelo sofrimento. Completamente sentimental, na compaixão, há ausência de mundaneidade. (Arendt, 1987, p. 21-22). Conquanto seja uma reação importante, não pode substituir as formas positivas de solidariedade. A compaixão é passiva. Nela o outro é inferior, carente e sofredor. Ao contrário, a amizade, para Arendt, manifesta uma solidariedade ativa, pois os amigos sustentam uns aos outros nas qualidades especificamente humanas da palavra e da ação. O amigo apoia e defende, para o outro, um lugar no mundo que lhe viabilize a oportunidade de revelar quem é. Partilhar o mundo mostra-se superior a partilhar o sofrimento, pois a abertura para o outro é ativa. (Aguíá, 2011, p.139-140)

Na perspectiva de Arendt não parece ser possível a ação, a vida política ou a pluralidade sem a alteridade e a amizade. Assim, quando se fala de *amor mundi*, ou amizade não se trata apenas de pensar em uma realidade afetuosa, se fala em uma perspectiva da possibilidade de mundo comum. Conforme foi trabalhado acima, quando uma comunidade escolar perde de vista a pluralidade ela já não é capaz de ter relacionamentos de autoridade²⁶, esta por sua vez deslancha em uma comunidade com grupos e indivíduos isolados e que se abrigam na violência latente como medida para alcançar os objetivos que são exigidos a cada grupo. Sem o *amor mundi*, esta é a realidade de uma comunidade escolar, sem a amizade não é possível a alteridade o reconhecimento do outro e assim a ação. Desta forma, é uma necessidade para a vivência na comunidade escolar o *amor mundi*. Conforme afirma Aguíá:

Sem ativar esse discurso, somos guinados ao conformismo, à coisificação e à reação publicitária aos eventos. Seguindo essa tendência, tornamo-nos massa, seres sem espírito, sem discurso, sem comunicação e presa fácil da banalização do mal, cuja raiz, segundo Arendt, reside no fechamento ao outro, manifestado na incapacidade de julgar e na ausência de pensamento (thoughtlessness). Portanto, através do pensamento e do juízo, o homem associa-se aos outros e manifesta uma humanidade sem a qual não passaria de um animal. Sem amizade, ou seja, sem a consideração pela alteridade não existe o pensamento nem o juízo. (Aguíá, 2011, p.142)

Outra característica da amizade neste sentido Arendtiano é que ela traz em si responsabilidade. Quando se trata de pensar o indivíduo como responsável, a compreensão comum pode levar a dar a este indivíduo responsabilidade sobre a realidade em que ele está

²⁶ Quando a comunidade escolar não vive em uma perspectiva de pluralidade, alteridade e mundo comum, não é possível haver autoridade visto que ela deriva do poder coletivo e que só é possível a partir do reconhecimento da mesma pela pluralidade.

lançado. Nesta perspectiva poderia se pensar em responsabilizar aos membros da comunidade escolar individualmente como responsáveis pelo fim da autoridade na escola e responsáveis pela violência existente na mesma. Ocorre que Arendt trabalha a ideia de que o indivíduo não pode ser responsabilizado pelo mundo ao seu redor, nem tampouco pode assumir responsabilidade pelo mundo que herdou. Todavia, existe uma responsabilidade individual. No texto “Ética e Responsabilidade em Hannah Arendt” a professora Bethania Assy²⁷reflete sobre a compreensão de responsabilidade em Arendt, ela afirma que na concepção da filósofa as pessoas apresentam sua existência na coletividade a partir do momento que apresentam sua interpretação do mundo. As pessoas dão-se a conhecer na política a partir do momento em que apresentam o seu mundo ao mundo comum dos outros indivíduos, este aparecer está repleto de decisões do indivíduo, ele decide aquilo que vai revelar e aquilo que vai ocultar de sua interpretação do mundo, nesta perspectiva cada um é responsável não pelo mundo que se apresenta a ele, mas pelo mundo que ele apresenta aos outros, nas palavras de Assy:

A capacidade de decidir entre o que ocultamos e o que revelamos conduz a noção de *uniqueness*, fora do escopo do que a autora chama de talentos naturais, dons e habilidade que possuímos, ou seja, a partir do que somos, para usar a terminologia de A Condição Humana. O fato de que escolhemos o que somos, isto é, aquilo que julgamos ser apropriado para ser apresentado publicamente – um mundo em que nunca figuramos solitariamente, um mundo intrinsecamente manufaturado –, produz uma ligação entre *uniqueness* e responsabilidade. É tentador afirmar que a singularidade (*uniqueness*) engloba muito mais do que as qualidades individuais do self; ela também está intimamente ligada à comunidade. Em sintonia com os termos da teoria política de Arendt, a autoapresentação equivale a capacidade humana de ser livre. (ASSY, 2015, p.41 e 42)

Como já foi debatido acima a violência escolar não é uma responsabilidade individual dos membros da comunidade, ela é uma consequência da não existência de mundo comum, autoridade e isolamentos dos membros desta comunidade, que recorrem a ela para tentar responder as suas responsabilidades dentro desta comunidade²⁸. Nesse sentido Arendt trabalha que a responsabilidade do indivíduo não está no mundo que é apresentado a ele, mas no mundo em que ele apresenta. Em uma sociedade comum os indivíduos interagem na ação uns com os outros e experimentam o mundo fora de si, após esta interação é comum que cada um represente uma interpretação própria deste mundo externo feita a partir de sua individualidade, é uma

²⁷ A autora Bethania Assy é professora do departamento de direito da PUC – Rio e da UERJ, é também Coordenadora adjunta da Cátedra Unesco – Direitos Humanos: Violência, Governo e Governança na PUC – Rio.

²⁸ Responsabilidade aqui está colocada como o sentido de objetivo.

representação do seu mundo, cada um expressa sua própria visão do mundo, ou cada um expressa o seu mundo na coletividade.

A responsabilidade do indivíduo reside neste mundo em que ele expressa. Cada pessoa é responsável pelo mundo que apresenta ao outro. Assim, em uma comunidade escolar os indivíduos não podem ser responsabilizados pelo contexto de violência que está posto de modo geral. Até porque este contexto é naturalizado e existe antes mesmo da entrada deste indivíduo na comunidade, seja como aluno, professor, gestor ou servidor da unidade escolar. A responsabilidade do indivíduo está na manutenção desta violência quando este experimenta a violência e a reproduz, apresenta aos outros o seu mundo como um mundo de violência. Deve-se levar em consideração que esta representação é uma consequência da existência de uma comunidade sem *amor mundi* ou sem a compreensão de alteridade e pluralidade. Neste sentido, o indivíduo parece ser conduzido a recorrer à violência latente como única saída e reproduzir a mesma como seu próprio mundo, ou como um comportamento comum nesta comunidade. Desta forma, existe a necessidade de conscientizar os indivíduos da comunidade escolar a refletirem acerca desta naturalização da violência latente, a qual é a consequência de uma não existência de mundo comum na comunidade escolar. Desta maneira as aulas de filosofia se apresentam como a possibilidade de uma reflexão acerca desta realidade. Reflexão que pode gerar conscientização, a qual pode trazer uma nova interpretação desta realidade.

Desta maneira, pode-se afirmar que existe necessidade de se refletir e chegar à conclusão de que a comunidade escolar não é um mundo comum, mas uma aglomeração de grupos e indivíduos isolados, que por não terem mais em vista o poder e autoridade, buscam naturalizar a violência como único instrumento de tentar responder as suas responsabilidades ou objetivos institucionais. Ademais, cada indivíduo é responsável pelo mundo que apresenta, é responsável pela violência que mantém na comunidade. Todavia, esta responsabilidade só pode ser visível ou compreensível quando o grupo consegue refletir sobre a realidade em que está inserido. Só aí é possível pensar a comunidade escolar como mundo comum. Nas palavras do professor Aguiá:

[...]Amizade política é, desse modo, o antídoto contra a concepção de governo e de poder baseados na categoria do inimigo. Categoria essa aplicada e expandida a partir das experiências totalitárias e que resulta na prática governamental do extermínio e da purificação de setores do gênero humano. A amizade, arendtianamente pensada, ao contrário, aposta na esperança de que os homens nasceram para começar e não para morrer. (Aguiá, 2011, p.143)

Capítulo 03

Violência escolar e a sala de aula de filosofia

Absorta em si²⁹

Quando observo minha mão

- coisa alheia e familiar –

não estou em nenhum lugar

em nenhum aqui e agora

nem depois e nem outrora.

Penso então com desprezo do mundo,

que o tempo flua, que passe tudo

sem um só sinal, em absoluto.

Observo minha mão

próxima e infamiliar,

mas uma coisa só.

ela é maior do que eu sou?

Tem sentido superior? (Arendt, 2023, p.39).

²⁹ O terceiro capítulo inicia com uma reflexão sobre o familiar e infamiliar, aquilo que é visto constantemente, está lá todos os dias, mas ao mesmo tempo é tão desconhecido e até alheio a realidade concreta. Ao observar a legislação educacional, sua teoria e o mundo criado por ela com suas letras, a sensação de familiar e infamiliar vem átona. A legislação fala de diversos dispositivos coletivos da educação, diversos objetivos honrosos e estimula sonhos de transformação através da pedagogia. Alguns professores olham para estes textos e sentem que este é o caminho para uma educação que ajude a transformar a realidade de muitos alunos. Mas, estes textos que são tão familiares às problemáticas da educação, também são tão distantes da prática educacional. O texto é familiar, reflete sobre os problemas reais da educação, mas também é infamiliar, é distante da prática e da realidade física dos problemas que ele mesmo busca refletir. Assim, a documentação educacional é tão familiar e tão infamiliar a prática educacional. Teoricamente reflete sobre os problemas da educação, mas na prática parece estar em outro universo.

3.1. A documentação legal.

Neste momento da pesquisa é importante fazer uma breve apresentação do que se espera ou se entende como ensino de filosofia na educação pública do Distrito Federal. Esta abordagem é fundamental, isto porque esta pesquisa encaminha sua reflexão final para a interpretação de que a sala de aula, bem como as aulas de filosofia, são fundamentais para a conscientização da não existência de um mundo comum nas comunidades escolares, a reflexão sobre o impacto que esta realidade tem no poder e na autoridade nestas comunidades e como é possível combater a violência latente. Para tanto, é preciso primeiro entender o que se espera como objetivo desta comunidade escolar, isto porque há de se entender se estes objetivos estão ou não alinhados à compreensão de um mundo comum na comunidade escolar.

3.1.1. Currículo e Regimento.

Um caminho para esta reflexão está nos objetivos que legalmente são esperados da comunidade de ensino médio na Secretaria de Educação do Distrito Federal. O que se quer esclarecer é se estes objetivos legais podem ser alcançados com uma comunidade escolar que vive em um mundo comum, ou seja, os objetivos esperados para que a escola pública do DF alcance são objetivos alinhados à interpretação de Arendt sobre poder e autoridade.

Para chegar à conclusão desta reflexão os principais instrumentos de pesquisa são: o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal e o Regimento Escolar do Distrito Federal. O Currículo em Movimento é o documento que aponta os objetivos pedagógicos do novo ensino médio no DF, ele traz em si quais os objetivos de aprendizagem por área do conhecimento e por disciplina, ademais ele também busca explicar de forma sucinta quais reflexões e interpretações cada disciplina precisa trazer para dentro da sala de aula a fim de inserir o conteúdo pedagógico na vida de cada estudante. Já o regimento escolar, apresenta os direitos, deveres e vedações de cada grupo da comunidade escolar (professores, gestores e estudantes), neste documento existe um tom mais disciplinar onde se fala sobre o que se espera de cada grupo e indivíduo, o que cada um não deve fazer e quais as punições para as transgressões. Ambos os documentos são importantes para entender quais os objetivos da

disciplina filosofia e se eles ajudam a mesma a ser um caminho de reflexão e combate à violência latente.

O primeiro documento a ser tratado aqui é o Regimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal³⁰. Neste documento é fundamental compreender quais os objetivos da educação no DF e como eles se organizam. Já no início do texto é afirmado quais os fins e princípios da educação pública no DF:

Art. 4º As unidades escolares, fundamentadas nos princípios de liberdade, participação, autonomia, respeito à laicidade, pluralidade e diversidade da escola e do Sistema Público de Ensino devem assegurar, democraticamente: I – o desenvolvimento integral do estudante; II – a formação para a cidadania com garantia de direitos humanos com vistas ao mundo do trabalho; III – o aprimoramento da criatividade, do senso crítico e reflexivo e das demais potencialidades humanas a serviço de um projeto social sustentável. (SEEDF, 2019, p. 15)

Esta primeira apresentação de princípios já traz à tona o que se espera de todas as unidades educacionais do DF como finalidade da existência destes órgãos. Enquanto escola elas devem se preocupar com três realidades fundamentais e todos desdobramentos de suas ações devem buscar alcançar estes princípios e fins. Desenvolver o estudante em sua perspectiva integral, preparando-o para viver com cidadania e aprimorando criatividade, senso crítico e reflexivo. Já nesta primeira apresentação do Regimento Escolar já é possível perceber que a finalidade da escola no Distrito Federal, pelo menos sua finalidade legal, é justamente criar um ambiente onde os estudantes possam ser inseridos no mundo adulto e apresentar a novidade que são para o mundo.

Continuando sua estrutura, o Regimento apresenta a constituição do conselho escolar. Este conselho é definido como: “[...] órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF.” (SEEDF, 2019, p.28). O conselho é um órgão composto necessariamente por representantes de todos os membros da comunidade escolar, ele possui representantes da equipe gestora, dos professores, dos servidores da carreira apoio, dos estudantes e dos pais dos estudantes. O mesmo deve ser constituído de forma democrática, tendo em vista que todos os setores desta comunidade podem ter representantes e estes são escolhidos a partir de eleição direta feita pela comunidade escolar.

³⁰ No momento da construção deste trabalho o documento estava na edição mais atualizada publicada no Diário Oficial do Distrito Federal pela portaria Nº 180, DE 30 DE MAIO DE 2019

Ademais, este órgão deve fiscalizar a administração e a estrutura pedagógica da escola e servir como um instrumento democrático da comunidade escolar. De forma geral esta é a compreensão teórica do conselho escolar, órgão que reflete em sua construção teórica a materialização dos argumentos de uma comunidade com mundo comum. Nos tópicos acima dessa pesquisa foi afirmado que a educação é uma esfera de iniciação política que tem como finalidade preparar a nova geração para ingressar no mundo adulto, isto sem que esta nova geração perca seu caráter de novo e transformador, ademais foi dito também que os adultos desta comunidade, sobretudo os professores têm a responsabilidade de apresentar o mundo da política para as novas gerações, sem com isso retirar delas a capacidade de debate e transformação desta realidade. O conselho escolar apresenta as estruturas para a realização desta compreensão, é um órgão democrático, colegiado, com uma representação igual de todos os grupos da comunidade escolar e tem como finalidade ajudar na organização da unidade escolar, mas também inserir as novas gerações ao espaço da política e do debate, ao mundo dos adultos, sem com isso retirar delas o direito de expressar a novidade que cada geração traz para o mundo. Desta maneira, o regimento já traz em si a estrutura organizada de um órgão colegiado que busca motivar a comunidade escolar a se estruturar como mundo comum.

Ainda na construção de seu texto o regimento escolar abrange a organização de três outros conselhos: A assembleia geral, o conselho de classe e o grêmio estudantil. A assembleia geral é classificada da seguinte forma:

Art. 20. A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos escolares e é responsável por acompanhar o desenvolvimento das ações da unidade escolar. (SEEDF, 2019, p.27)

Conforme é dito no documento, a assembleia geral é a instância máxima de participação da comunidade escolar, ela deve ser constituída por membros de todos os grupos da comunidade e será nesta assembleia que a comunidade escolar irá tomar as decisões mais relevantes para os rumos do convívio no ano letivo³¹. É importante ter em mente que esta experiência de assembleia cumpre tanto o objetivo de unir a comunidade em um mundo comum, quanto de

³¹ É importante ressaltar que esta assembleia pode tomar decisões dentro daquilo que é permitido ser modificado pela legislação educacional federal e distrital, um bom exemplo é o fato de como a comunidade decidirá os rumos da gestão financeira da unidade, outro exemplo é para tomar decisões com relação ao enfrentamento de dificuldades que apareçam na comunidade, como por exemplo, como se pode combater a violência latente.

apresentar o mundo dos adultos às novas gerações, deixando que eles participem de forma ativa e assumindo a responsabilidade pelos rumos da sua realidade coletiva.

Já os conselhos de classe e o grêmio estudantil, são órgãos colegiados que possuem a representação de apenas um grupo da comunidade. O conselho de classe é formado por professores e é uma instância deliberativa sobre a vida pedagógica dos alunos. O ponto fundamental deste conselho é que ele tem como finalidade ter uma visão global da vida pedagógica de cada estudante. O conselho de classe pode inclusive, de forma democrática, colocar-se acima da decisão de um professor de reter um estudante em sua disciplina e decide fazer a progressão via conselho deste estudante. Já o grêmio estudantil é um órgão composto por estudantes, eleitos de forma democrática pelos seus pares e que os representa no diálogo com os outros grupos desta comunidade dialogando sobre os interesses dos estudantes.

Desta maneira é possível perceber que o Regimento Escolar já traz em sua estrutura diversos mecanismos que estimulam a construção de uma comunidade escolar que enxergue a si mesma como mundo comum. Esta estrutura não só permite que adultos assumam sua responsabilidade em apresentar o mundo às novas gerações, mas também que estas possam ser ingressadas na estrutura política do mundo adulto. Todavia, o que se enxerga na prática não é a execução destas teorias regimentais, mas sim a decisão de usar como referência de organização da unidade escolar e como meio de relacionamento entre seus grupos a violência latente.

O outro documento legal acerca da educação no DF é o Currículo em movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal. Diferente do regimento, o Currículo não versa sobre organização das escolas, mas da parte pedagógica e como estes conteúdos devem ser abordados em sala de aula. Ele busca também analisar como os conteúdos apresentados nas disciplinas de Ensino Médio devem ser adaptados às diferentes realidades existentes no DF³². Este documento é mais relevante para o debate que este trabalho está tentando trazer, considerando qual a interpretação curricular da área de conhecimento Ciências Humanas, bem como qual a interpretação da disciplina Filosofia.

³² Cabe aqui informar que no Distrito Federal estão previstas adequações de tempo, organização curricular e avaliação a diversas modalidades de educação, são elas: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Educação a Distância.

No capítulo cinco do documento é trabalhada a Formação Geral Básica³³ e é trabalhada de forma singular cada uma das áreas de conhecimento. No tópico 5.4. é trabalhada a área de humanas, as considerações gerais estão direcionadas à interdisciplinaridade das matérias escolares, bem como elas devem debater junto com os alunos os problemas atuais que se apresentam à sociedade. É também nesta parte do texto que o currículo apresenta os objetivos esperados pela área de humanas no ensino médio, em outra palavra são os objetivos que a área de humanas deve ter cumprido com os estudantes no término do ensino médio no Distrito Federal. Entre eles está uma vasta lista com articulação de conhecimentos e teorias das disciplinas da área de humanas, mas dois são mais relevantes para este trabalho, são eles:

CHSA12FG Compreender os desdobramentos das práticas sociais, bem como seu papel e sua importância na produção, significação e ressignificação dos discursos e valores históricos, filosóficos, geográficos e sociológicos.

CHSA13FG Construir questões, soluções de problemas e intervenções conscientes e reflexivas referentes às relações cotidianas da vida pessoal, escolar, social, política, econômica e cultural. (Distrito Federal, 2022, p.110)

Estes dois objetivos estão diretamente ligados a aquilo que se espera da área de humanas dentro do ensino médio. Ademais, estes estão ligados ao que se entende neste texto como mundo comum na comunidade escolar. Em outras palavras, o que é esperado da área de humanas no ensino médio do Distrito Federal é que instale reflexões junto aos alunos que os ensine a interpretar e transformar a realidade ao seu redor. Nada distinto da compreensão de Arendt sobre educação que diz que os professores têm a responsabilidade de fomentar o caráter transformador dos alunos.

O currículo também apresenta uma visão de qual objetivo de cada disciplina da área de humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia). Na parte em que o texto trabalha a

³³ O documento Caderno Orientador, Avaliação Para as Aprendizagens, Ensino Médio, Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2025) define da seguinte forma: “ O currículo do Ensino Médio é organizado por áreas do conhecimento que contemplam a Formação Geral Básica – FGB e os Itinerários Formativos – IF.

Na FGB, o professor aborda conhecimentos, habilidades e competências próprias das diferentes Áreas do Conhecimento, conforme previsto pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC: linguagens e suas Tecnologias (Artes, Educação Física, Língua Espanhola, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

Por sua vez, os IFs são compostos por unidades curriculares que buscam aproximar os estudantes de situações complexas do mundo contemporâneo, em prol da construção de seu Projeto de Vida, bem como do caminho escolhido por eles, de forma orientada, para o desenvolvimento de seus objetivos de aprendizagem (SEEDF, 2025, p.11)

disciplina de filosofia ele afirma que esta tem a função de articular uma reflexão com os alunos acerca dos problemas que eles vivenciam ao seu redor, tendo a capacidade de criar transições entre a teoria a prática e o retorno à teoria pós prática, conforme diz o texto:

Enquanto aprendizes da Filosofia, os estudantes precisam saber articular e movimentar os conhecimentos e as hipóteses sobre o mundo e suas transformações por meio do próprio pensamento, identificando e formulando problemas. Ao problematizar, os estudantes tornam-se capazes de identificar as lacunas de qualquer conhecimento e propor respostas que, por sua vez, podem levar a outras questões, alargando a consciência que têm de si e do mundo.

A Filosofia cria uma ponte entre a discussão em sala de aula e a vida cotidiana por apresentar uma identidade questionadora e propositiva. Uma das propostas desse componente é ultrapassar as fronteiras teóricas dos conteúdos para se tornar prática social dos estudantes. (Distrito Federal, 2022, p.109)

A sala de filosofia é o local para enxergar novamente o mundo a partir de um outro olhar, o local do estranhamento do comum. Os alunos desta disciplina devem experimentar a possibilidade de dialogar sobre a realidade em que vivem em sua comunidade escolar e desenvolver uma nova perspectiva acerca dela, vendo e revendo situações antes naturalizadas como não naturais, situações como a violência latente, naturalizada como comum. Desta forma, a sala de filosofia é o local com primazia da comunidade escolar onde os alunos podem refletir sobre o ambiente de violência em que estão inseridos, como são impactados por ele e como este ambiente é colocado como natural. Ao enxergar de uma outra maneira como a presença e utilização da violência escolar latente afetam a comunidade escolar, os alunos devem refletir em como sair desta realidade e tentarem reerguer o mundo comum da comunidade escolar. Esta ponte de reflexão-conscientização-reflexão-ação é uma característica fundamental do ensino de filosofia e com ela é possível criar pontes para uma escola como sociedade comum, com o poder sendo exercido pela maioria e autoridade que vem deste poder o qual pode levar a uma superação de uma violência latente. Por este motivo, este trabalho propõe em seu último capítulo duas propostas pedagógicas direcionadas a partir do ensino de filosofia auxiliar a comunidade escolar a perceber, refletir e combater a violência latente na comunidade escolar.

Dois questões fundamentais, acerca do que foi apresentado sobre documentação legal, chamam a atenção: 1º apesar de uma documentação teórica que incentiva a construção de um mundo comum nas comunidades escolares, o que de fato se constata é a instalação da violência latente; 2º É possível afirmar que dado o caráter do ensino de filosofia no ensino médio, a sala

de aula de filosofia é o melhor local para a reflexão e conscientização da comunidade escolar acerca da violência escolar latente.

Como foi demonstrada nesta pesquisa, a documentação legal do Distrito Federal apresenta um estímulo teórico para a construção de um ambiente democrático e participativo dentro dos muros da escola. Todavia, o que se apresenta é a violência latente³⁴. A conclusão que se pode chegar a partir do que já foi apresentado neste trabalho é que as comunidades escolares já apresentam uma realidade imersa na lógica de uma violência latente, tendo em vista que os membros da comunidade já são inseridos nesta em uma lógica que funciona com a perspectiva de que a violência é o único meio de alcançar seus objetivos institucionais, apesar de haver um estímulo teórico para construção de um mundo comum, este estímulo é engolido pela vivência diária de grupos e indivíduos isolados em seus interesses e por uma naturalização da violência. O que este trabalho propõe é que é necessário um conscientização desta violência latente, presente nas relações dos grupos, que é necessário enxergar com outro olhar a realidade já posta para poder ver aquilo que foi ocultado pela normalidade. Ademias, este trabalho também propõe que a sala de aula de filosofia é o local mais favorável para se conscientizar acerca desta realidade e refletir sobre ela.

A justificativa para a sala de aula ser este local por primazia para a reflexão vem do objetivo que a disciplina filosofia precisa alcançar em seu curso no ensino médio. Espera-se que esta disciplina estimule os jovens da nova geração a refletirem a partir de diversas teorias sobre os problemas que se apresentam para a sociedade e para a realidade a seu redor e se estimula que eles sejam capazes de articular a transição da teoria-prática/prática-teoria, o que os prepara para a vivência coletiva em um mundo público adulto. Esta prática se revela como local favorável para reinterpretar esta contradição existente na comunidade escolar, na qual se apresenta teoricamente uma lógica democrática, mas na prática se apresenta a naturalização da violência latente. Assim, a sala de aula de filosofia e suas reflexões são o local por primazia para conscientizar, refletir e reinterpretar a violência latente escolar.

³⁴ Conforme foi trabalhado no primeiro capítulo deste trabalho, existem diversos fatores externos à comunidade escolar que fundamentam a violência que existe nela, ademais o combate a estes fatores não é possível à escola e não são responsabilidade direta desta instituição. Não é possível atribuir à escola toda a responsabilidade deste combate, o que este trabalho propõe é em refletir sobre como pedagogicamente a escola pode combater a violência dentro de seus muros.

3.2. A importância da sala de aula de filosofia no combate à violência latente.

Tendo já refletido sobre como a violência latente se manifesta na comunidade escolar, quais seus desdobramentos nas relações coletivas e como ela interfere na manifestação do poder e da autoridade. Ademais, já tendo apresentado uma breve relação dos objetivos e princípios do ensino médio, da área de humanas e das aulas de filosofia nas documentações legais da SEEDF, já se faz possível apresentar uma conclusão sobre a problemática central desta pesquisa, a saber: o ensino de filosofia é favorável ao combate da violência latente na comunidade escolar? A resposta que esta pesquisa busca apresentar é que sim, o ensino de filosofia fulgura como o espaço mais favorável a uma reflexão acerca da realidade da comunidade escolar, o espaço mais favorável para a conscientização dos membros desta comunidade e, portanto, o espaço onde se inicia práticas que favoreçam o combate à violência latente na comunidade escolar.

A sala de aula de filosofia é o local onde se tem como objetivo o debate e a reflexão acerca das relações teóricas e práticas do convívio escolar. O currículo da SEEDF afirma da seguinte maneira acerca da disciplina filosofia:

[...]Em outras palavras, a Filosofia busca pensar e repensar os conceitos de todos os componentes e analisar seus desdobramentos, de forma autônoma e crítica, a fim de valorizar e construir um conhecimento da alteridade. Ou seja, considerar outras possibilidades a partir das diversidades e para além das adversidades postas. (Distrito Federal, 2022, p.109)

Desta forma, a sala de aula da filosofia se apresenta como local dedicado a uma interpretação conceitual e prática dos problemas apresentados aos alunos seja no mundo dos adultos ou dentro da comunidade escolar. Arendt no texto “Crise na Educação” afirma que:

Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição. (Arendt, 2011, p. 243)

A educação deve preparar os estudantes para a vivência no mundo político, bem como auxiliar os estudantes a manifestarem seu caráter revolucionário. Desta forma, a sala de aula de filosofia se apresenta como o coração da reflexão da comunidade escolar, onde o tempo é dedicado à pesquisa, ao debate e à reflexão acerca das problemáticas apresentadas e vividas pela nova geração.

É importante também ressaltar que não está se afirmando que é dever somente do ensino de filosofia gerar estes debates e reflexões, não como um papel isolado desta disciplina, mas que ela é como o centro fundamental deste debate, que ao se articular com outras disciplinas consegue gerar este debate articulado com a comunidade escolar, um debate aberto. Acerca disto afirma o currículo da SEEDF:

A transversalidade da Filosofia ajuda no desenvolvimento de uma proposta de ensino mais inclusiva e interdisciplinar. Assim sendo, seus saberes e atitudes contribuem com a formação de futuros cidadãos críticos e participativos. Buscar um diálogo entre as teorias filosóficas e a prática social dos estudantes do Ensino Médio se apresenta como uma tarefa desafiadora. Uma ferramenta de auxílio para esse desafio, ultrapassando a apresentação de seus conteúdos, é a disposição da Filosofia em se comunicar com os outros componentes curriculares, dando ao estudante habilidades para compreender as interligações conceituais e temporais entre as ciências. [...] . (Distrito Federal, 2022, p.109)

Em outras palavras o que se propõe aqui é que diante de um cenário de violência latente, no qual a comunidade escolar está dispersa em grupos que não têm mais acesso à relação de poder coletivo, não interpretam mais a comunidade escolar como mundo comum e portanto enxergam a violência como o único caminho para tentar cumprir seus objetivos neste ambiente ou que tem naturalizado que a violência latente é o caminho mais eficaz para alcançar estes objetivos, a sala de aula de filosofia é o local no qual existe a possibilidade de um debate que inicia a conscientização e a reflexão acerca desta violência naturalizada. Pelo seu caráter interdisciplinar e por ser um espaço para debate e reflexão a sala de aula de filosofia pode ser interpretada como o local com a maior possibilidade de refletir sobre a realidade violenta da comunidade escolar.

Novamente é preciso esclarecer, os professores de filosofia não são os responsáveis únicos pela reflexão e combate à violência latente, o que se propõe é que pelo próprio caráter das aulas de filosofia elas têm a possibilidade de desempenhar o papel de iniciadoras e articuladoras deste debate, que para ser eficaz no combate à violência escolar deve envolver

toda a comunidade no sentido de um mundo comum. Desta forma, este texto afirma que o ensino de filosofia é fundamental para a construção de um mundo comum na comunidade escolar. Conforme foi apresentado acima, um dos problemas fundamentais da violência escolar é a naturalização da violência como ambiente escolar, bem como a utilização dela como único caminho para que cada agrupo alcance seu objetivo nesta comunidade. Ocorre que não parece ser possível esperar que os grupos da escola enxerguem e tenham consciência desta violência latente de forma clara sem uma reflexão. Este talvez seja um papel que o ensino de filosofia pode assumir. Por sua característica reflexiva, a sala de aula de filosofia se apresenta como local onde esta violência latente pode ser apresentada, questionada e refletida. Esta relação de se ter um novo olhar acerca daquilo que já é comum, que é tão própria do ensino de filosofia pode ser o caminho para se perceber o quanto as relações da escola são fundamentadas em uma violência latente. A partir desta nova perspectiva e de uma nova reflexão, o ensino de filosofia pode se apresentar como o local para o debate e a conscientização de como a violência latente afeta as relações nesta comunidade e impede de se tornar um mundo comum. O debate que se inicia em sala de aula pode se estender a toda a área de Humanas e por fim pode se estender a toda a escola, levando a uma reflexão que conscientize os indivíduos desta comunidade de como cada um não é responsável pelo ambiente escolar violento no qual foi inserido, porém é responsável pela sua manutenção, pela utilização da violência latente como instrumental para alcançar seus objetivos e por consequência pelo fim do poder e da autoridade dentro dos muros da escola.

O que este trabalho também propõe é que a perspectiva filosófica de Hannah Arendt pode ser de grande valor para apresentar este caminho de reflexão sobre a violência escolar latente. Como foi dito anteriormente no texto, Arendt apresenta um conceito de educação entendido como um meio termo entre a vida privada e a vida pública. Este caráter da educação faz com que ele tenha a responsabilidade por estas duas outras esferas. A educação deve se responsabilizar por passar às novas gerações a tradição do mundo adulto já existente, bem como deve fazer isso sem tirar das novas gerações seu caráter de renovação e de transformação que elas trazem ao mundo. Esta perspectiva aliada a noção de que a sala de aula de filosofia é o lugar de encontro entre teoria e prática, podem levar a uma compreensão de que o ensino de filosofia é o local primeiro onde deve ocorrer uma reflexão da realidade já posta da comunidade escolar aliada ao debate sobre ela e a possibilidade de uma nova reflexão. É local onde se pode refletir acerca de uma violência naturalizada com um novo olhar, o que pode gerar uma nova compreensão sobre a vivência escolar, não mais fundamentada no isolamento dos grupos, mas no fortalecimento do caráter comunitário da escola.

Ademais, a compreensão Arendtiana acerca de poder e violência são instrumentais fundamentais para esta reflexão em sala de aula de filosofia. A partir desta compreensão de que a violência é um instrumental que surge quando já não há mais um mundo comum e que ela inviabiliza a existência do poder e faz com que os membros do grupo não mais reconheçam a autoridade, é possível repensar nas aulas de filosofia sobre os comportamentos geralmente entendidos como “comuns” ao âmbito escolar, mas que na verdade são apenas o instrumental violento sendo utilizado nas comunidades escolares.

Por fim, a ideia de *amor mundi*, e amizade, apresentados por Arendt, podem auxiliar os alunos a entenderem que o ser humano vive em um mundo compartilhado com outros indivíduos. Cada pessoa não é responsável pelo mundo violento que se apresenta a ela, mas é responsável pela manutenção deste mundo, por apresentar o seu mundo aos outros membros do seu convívio como um mundo fundamentado em uma violência latente. O pensamento de Arendt não é o único possível à reflexão da violência latente na sala de aula, da mesma forma, as aulas de filosofia não são as únicas que podem refletir sobre a comunidade escolar, mas pelo seu caráter de reflexão acerca da realidade posta, com uma nova reflexão sobre ela, bem como os conceitos de Arendt sobre, violência, poder, autoridade, responsabilidade, mundo comum, *amor mundi* e educação são de grande relevância para a reflexão e conscientização acerca da violência latente nas escolas, esta pesquisa conclui então que o ensino de filosofia é uma peça fundamental para a reflexão e combate à violência latente nas comunidades escolares.

Ademais, é necessário que uma resposta à violência seja feita através de uma proposta concreta. Desta forma, no próximo capítulo deste texto será apresentada uma oficina fundamentada no ensino de filosofia, a partir dos conceitos de Arendt, a qual busca refletir com alunos e professores acerca da violência escolar latente. Esta oficina será direcionada à sala de aula de filosofia, nesta será proposta uma oficina em quatro momentos, nos quais a partir de textos e conceito de Hannah Arendt os alunos e professores possam refletir acerca da sua comunidade escolar, reinterpretar a existência da violência latente na escola, perceber sua responsabilidade nesta relação e propor estratégias e atividades práticas para reproduzirem esta reflexão dentro da comunidade escolar em geral. Desta forma, esta proposta será apresentada como uma ação concreta, na qual o ensino de filosofia, a partir do pensamento de Arendt, é apresentado como fundamental para a conscientização, reflexão e combate à violência latente escolar.

Capítulo 04

Oficina filosófica sobre violência latente.

Em tom de Cantiga popular³⁵

De novo nos vemos
E abrem-se os lírios
Te envolvo entre sedas
Que cessem as perdas.

É pura alegria
Que a suave tília
E que o vinho forte
Unam nossa sorte.

Quando murcham as flores
Vem a despedida.
Pra que tantas dores?
Essa é a nossa lida. (Arendt, 2023, p.19).

³⁵ O quarto capítulo inicia com uma poesia alegre de Arendt. Alegre, porém consciente. Alegre por declarar o encontro entre pessoas que se querem bem, o animo que esta realidade cria. Consciente porque sabe que a despedida faz parte deste alegre encontro, e esta despedida certamente acontecerá. Se o encontro é casual, e nada certo e a despedida é inevitável, por que então comemorar? É necessário comemorar porque a vida é este misto constante de certezas e incertezas, de bons encontros e certas despedidas, é a casualidade que traz a alegria e é a certeza de que esta alegria acabará que clama para a necessidade de fruir bem esta mesma alegria. Ademais, também é desta forma a vivência em comunidade escolar. A vivência em uma comunidade escolar é feita de um constante misto de encontros e despedidas, mesmo que haja inúmeros desafios nesta comunidade, mesmo que seja certa a despedida, é justamente isto que faz com que seja tão necessário comemorar e aproveitar cada pequena conquista, seja ela um aluno que compreendeu um conteúdo ou um professor que conseguiu terminar seu conteúdo semestral programado. Cada conquista da comunidade escolar deve ser celebrada.

4.1. Por que oficinas?

O programa de Mestrado profissional em Filosofia (Prof – Filo) possui uma exigência particular em sua estruturação. Devido ao fato de se tratar de uma pesquisa voltada à prática pedagógica dos professores de filosofia, é preciso articular juntamente com o texto teórico uma proposta de prática pedagógica. Esta prática não deve ser entendida como um pequeno adendo a pesquisa, como se fosse algo destacado da mesma, muito pelo contrário, a prática é vista como fundamental à pesquisa de modo que o texto teórico fundamente a prática e a prática dê viabilidade pedagógica à teoria. Acerca desta perspectiva os professores Pinto e Pereira³⁶ em seu artigo direcionado aos alunos do Prof- Filo, que versa sobre a produção do produto didático no mestrado profissional, afirmam a importância do produto pedagógico na construção da teoria:

[...] E se a elaboração do produto educacional não pode estar afastada de uma fundamentação que a impulsiona, o trabalho teórico é necessário tanto para acompanharmos este percurso de ação quanto para o compreendermos de forma conceitual. Este diálogo entre a experiência específica do professor-pesquisador em sala de aula e a sua apropriação com auxílio da história da filosofia e de suas questões pode circunscrever o trabalho do mestrado profissional, dando-lhe uma identidade própria em comparação ao mestrado acadêmico. (PEREIRA, PINTO, 2019, p. 121)

Em outras palavras, o mestrado profissional em filosofia articula elaboração teórica, experiência profissional do professor em sala de aula e elaboração de prática pedagógica a fim de trilhar novos caminhos no ensino de filosofia e auxiliar na prática de diversos professores que vivenciam problemáticas semelhantes às dos pesquisadores.

Desta forma, esta pesquisa apresenta como prática pedagógica articulada à pesquisa teórica uma oficina filosófica para ser trabalhada em sala de aula de filosofia. Esta oficina será fundamentada nas perspectivas de oficina filosófica do professor Sílvio Gallo, sobretudo nas reflexões feitas pelo professor no texto “A Filosofia e Seu Ensino: Conceitos e Transversalidade” (2006), no qual o autor apresenta reflexões acerca do seu entendimento da

³⁶ O professor Felipe Gonçalves Pinto é *professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPFEN-CEFET/RJ). A professora Taís Silva Pereira é professora no Ensino Médio Integrado e Pós-graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

prática pedagógica no ensino de filosofia na educação básica e uma breve apresentação de como em sua perspectiva deve ser estruturada uma oficina filosófica nesta etapa da educação.

O professor Gallo afirma neste texto que a aula de filosofia precisa articular a teoria com a prática, mas a prática próxima a realidade do aluno. As aulas de filosofia não devem ser encaixadas em mera exposição da história da filosofia, elas devem apresentar a tradição filosófica como suporte a reflexão de problemas vividos e experienciados pelos alunos, a fim de motivarem a pesquisa, a reflexão e serem agentes motores da ação prática dos alunos. Nas palavras do professor Gallo:

Se tomamos então a filosofia como uma atividade de criação de conceitos, a aula de filosofia escapa a todos esses modelos. Nessa perspectiva, a aula precisa adquirir um caráter prático, investigativo, dinâmico, sem no entanto cair no senso comum e no “opinionismo”, sem perder a dimensão estritamente filosófica do conceito. Explorando essa ideia, tenho afirmado que a aula de filosofia pode ser vista como que uma oficina de conceitos, um local onde eles são experimentados, criados, testados...

Ao propor a aula de filosofia como oficina de conceitos, quero justamente enfatizar o seu caráter prático, para além de uma mera transmissão de conteúdos da história da filosofia ou de um mero treinamento de competências e habilidades supostamente identificadas com o pensamento filosófico. (GALLO, 2006, p. 25 e 26)

Nesta perspectiva, a oficina filosófica está orientada a um trabalho que parte da experiência prática dos alunos, se organiza de forma reflexiva e especulativa na tradição da história da filosofia e propõem a prática reflexiva e pedagógica aos alunos como tentativa de solucionar estes problemas. Desta forma, esta pesquisa apresenta a oficina filosófica como modelo de prática pedagógica que se encaixa perfeitamente ao combate pedagógico da violência latente escolar.

Tendo em vista que esta pesquisa aponta que a violência latente se apresenta em uma comunidade escolar que perdeu de vista a ideia de um mundo comum, e, portanto, já não consegue mais gerar poder e autoridade em sua coletividade, visto que se perde de vista a autoridade. Ademais, tendo em consideração que esta pesquisa também aponta para o fato de que uma comunidade escolar que já naturalizou a violência como instrumental de sua prática não consegue fugir desta lógica, pois já não consegue enxergar em seu horizonte uma possibilidade de ação que não a violência. A oficina filosófica se apresenta como prática fundamental para reinterpretar as problemáticas vivenciadas pelos alunos em seu cotidiano e a

partir da reflexão de conceitos filosóficos da tradição (no caso desta pesquisa a partir dos conceitos de Hannah Arendt) e para criação de práticas que possam sugerir possíveis resoluções destes problemas. Desta forma, postula-se neste trabalho que a oficina filosófica nos moldes apresentados pelo professor Gallo podem auxiliar os alunos a reinterpretarem a violência naturalizada dentro dos muros da escola e a partir dos conceitos de Arendt repensar esta realidade e gerar possíveis soluções para esta problemática.

Desta maneira esta pesquisa propõe como produto pedagógico oficinas filosóficas que auxiliem os alunos e professores a gerarem consciência acerca da violência latente escolar, a refletir a partir dos conceitos de Arendt acerca desta violência naturalizada e a promover reflexões que conduzam a possíveis resoluções desta problemática e a uma nova interpretação de mundo comum na comunidade escolar.

4.2. A estrutura das oficinas filosóficas.

Tendo em vista que o modelo do professor Gallo será utilizado como orientador para este produto pedagógico, ele também se organizará nas mesmas definições que o modelo do professor, a saber: sensibilização, problematização, investigação e conceituação. Para melhor organizar a estrutura desta prática pedagógica cada uma destas etapas terá um quantitativo de quatro horas aulas³⁷, o que se organiza em duas aulas duplas. É importante ressaltar que a proposta das etapas se organizarem neste limite de aula é apenas uma proposta, visto que conforme a necessidade prática é possível reorganizar estas estruturas a fim de que seja possível aumentar ou diminuir cada etapa da oficina filosófica.

O primeiro ponto é a sensibilização. Este primeiro momento está ligado a chamar a atenção dos alunos ao problema que será trabalhado. O professor Gallo afirma que é necessário ter em mente que o problema deve ser algo dentro da vivência dos alunos, experienciado por eles. Problemas produzidos pelo professor ou que foram trazidos de fora do convívio dos alunos não ajudam no processo de construção da oficina, eles despertam menos interesse ou empatia

³⁷ Na SEEDF a hora aula não é computada como hora relógio, cada hora aula equivale a um horário, o que é correspondente a 45 – 50 minutos, na organização curricular do Novo Ensino Médio de 2025 a disciplina filosofia possui horários duplos de duas aulas de 45 minutos, o que totaliza duas horas aulas ou um total de 1h e 30m. A sugestão deste trabalho é que cada etapa da oficina seja trabalhada em duas aulas duplas, duas aulas de 1h e 30m.

da parte dos estudantes, é necessário que os alunos vivam na pele o problema proposto. Nas palavras do professor Gallo:

SENSIBILIZAÇÃO: Trata-se, nesta primeira etapa, de chamar a atenção para o tema de trabalho, criar uma empatia com ele, isto é, fazer com que o tema “afete” aos estudantes. Sabemos que os conceitos só são criados para enfrentar problemas; e que só enfrentamos os problemas que efetivamente vivemos. Ora, de nada adiantaria que o professor indicasse um problema aos alunos; é preciso, para que eles possam fazer o movimento do conceito, que o problema seja vivido como um problema para eles.

Daí a necessidade da sensibilização. Trata-se, em outras palavras, de fazer com que os estudantes vivam, “sintam na pele”, um problema filosófico, a partir de um elemento não filosófico. Trata-se de fazer com que os estudantes incorporem o problema, para que possam vir a criar um conceito incorporal. [...] (GALLO,2006, p.27)

Conforme fora trabalhado na parte teórica deste trabalho, a violência latente é um processo que faz parte da vivência da comunidade escolar. Vivendo na pele os efeitos deste processo de perda do poder coletivo e da autoridade, adultos e jovens dentro dos muros escolares recorrem a violência como ferramenta de suas relações. Todavia, também como foi trabalhado nesta pesquisa, a violência latente se apresenta como um fato naturalizado, algo que foi incorporado à vivência escolar, de modo que não pode ser percebida sem uma conscientização de sua existência. Desta forma, a sensibilização se apresenta como ponto fundamental das oficinas filosóficas aqui propostas. Com esta etapa se propõe aos alunos olharem com outros olhos para a realidade posta como comum a eles, se propõe perceber como a violência latente é presente em suas vidas e relações e como ela é sentida na pele por toda a comunidade escolar.

O segundo momento da oficina é a problematização. Nesta etapa é sugerido que seja feito um debate reflexivo mais profundo sobre a temática. No tópico anterior fora feito uma aproximação dos interesses dos alunos ao problema, neste momento se faz uma reflexão mais profunda sobre isso, articulando debates e aprofundando as ramificações do problema trabalhado e de suas consequências para os estudantes. Nas palavras do professor Gallo:

PROBLEMATIZAÇÃO: Trata-se de transformar o tema em problema, isto é, fazer com que ele suscite em cada um o desejo de buscar soluções. [...]

Podemos, nesta etapa, promover discussões em torno do tema em pauta, propondo situações em que ele possa ser visto por diferentes ângulos e que seja

problematizado em seus diversos aspectos. Nesta etapa, estimulamos o sentido crítico e problematizador da filosofia, exercitamos seu caráter de pergunta, de questionamento, de interrogação. Desenvolvemos também a desconfiança em relação às afirmações muito taxativas, em relação às certezas prontas e às opiniões cristalizadas. Quanto mais completa a problematização, mais intensa será a busca por conceitos que possam nos ajudar a dar conta do problema. [...] (GALLO,2006, p.27 e 28)

Esta etapa da oficina é importante para suscitar o debate entre alunos a fim de estimular a investigação da violência escolar. Debater quais os aspectos desta violência na comunidade escolar, quais os momentos em que ela é mais visível, bem como quais as consequências para cada grupo e para o todo da comunidade, a fim de estimular a busca por soluções a esta problemática.

O terceiro momento proposto pelo professor Gallo é a Investigação. Nesta etapa se propõe criar instrumentais teóricos para os alunos fundamentarem suas reflexões. Para tanto é proposto um retorno à história da filosofia. O professor Gallo aponta que nesta etapa da oficina é necessário recorrer aos conceitos estruturados por filósofos que possam auxiliar na investigação, e fortalecer a reflexão dos alunos acerca do problema. Todavia é necessário entender que os sistemas e teorias filosóficas não são o centro da investigação proposta na oficina, eles auxiliam e orientam os alunos nesta reflexão, é a reflexão dos alunos que é o centro do processo da oficina. Nas palavras do professor:

INVESTIGAÇÃO: Trata-se de buscar elementos que permitam a solução do problema. Uma investigação filosófica busca os conceitos na história da filosofia que podem servir como ferramentas para pensar o problema em questão. Terá Platão se deparado com esse problema? Em caso afirmativo, como ele o pensou? Produziu algum conceito que tenha dado conta dele? O conceito platônico ainda é válido em nosso tempo? Ele dá conta do problema, tal como o vivemos hoje? E na modernidade, Descartes ou Spinoza lidaram com o mesmo problema? Criaram seus conceitos? São esses conceitos mais adequados ou menos adequados que aquele criado por Platão?

Nessa etapa da investigação, revisitamos a história da filosofia. Ela não é tomada como o centro do currículo, mas como um recurso necessário para pensar o nosso próprio tempo, nossos próprios problemas. (GALLO,2006, p.27)

Conforme foi apresentado acima, esta pesquisa propõe refletir a violência latente a partir dos conceitos filosóficos de Hannah Arendt. Não significa que Arendt é a única filósofa que apresenta reflexões que auxiliam na busca de compreender a violência latente escolar, na verdade de fato muitos outros pensadores poderiam contribuir para este debate. Ocorre que os

conceitos da filósofa alemã acerca de poder, violência, autoridade, mundo comum, educação, *amor mundi* e responsabilidade, conduzem a reflexão e a percepção desta violência naturalizada como instrumental das relações escolares, auxiliam a refletir sobre esta realidade e permitem interpretar o porquê a autoridade está sumindo das comunidades escolares. Portanto, a escolha dos conceitos de Arendt foi fundamental para delimitar o que é a violência latente e como ela afeta a comunidades escolar, bem como, eles são de grande valor para que na oficina filosófica possa se conscientizar, refletir e combater a violência dentro da escola.

A etapa final da oficina filosófica é a Conceituação. Nesta etapa o professor Gallo propõe que os conceitos encontrados na etapa anterior devem ser reinterpretados, ou deslocados dos seus momentos históricos e problemáticas próprias para se aproximarem dos problemas trabalhados nas oficinas filosóficas e assim, constituírem novos conceitos. Aqui o professor chama a atenção que o movimento de retirar um conceito de seu momento histórico e o interpretar em uma problemática atual é o movimento propriamente dito do fazer filosófico, neste sentido os alunos estão transformando conceitos de história da filosofia para a aproximá-los das problemáticas debatidas por eles. Desta forma aparece no texto:

CONCEITUAÇÃO: Trata-se agora de recriar os conceitos encontrados, de modo a equacionarem nosso problema, ou mesmo de criar novos conceitos. Aprendemos com Nietzsche e com Deleuze e Guattari que há parentescos entre os conceitos e que o mero deslocamento de um conceito do contexto em que ele foi criado para um outro contexto – o nosso próprio – é uma recriação do conceito, pois ele já não é mais o mesmo.

Na etapa da investigação, vamos em busca da “ecologia dos conceitos”, de procurar aqueles que se relacionam com o problema que estamos investigando, identificando seus parentescos, como eles vão se transformando pela história da filosofia para adequar-se também às transformações históricas dos problemas. Aqui, nessa etapa final, trata se de fazer o movimento filosófico propriamente dito, isto é, a criação do conceito. Se na investigação pela história da filosofia encontramos conceitos que são significativos para nosso problema, trata-se então de desloca-los para nosso contexto, recriando-os de forma a apresentarem possíveis soluções; [...] (GALLO,2006, p. 28 e 29)

Nesta etapa da oficina se propõem que os alunos reinterpretem ou recolorem os conceitos da história da filosofia em suas histórias e assim desenvolvam o processo de conceituação, o processo filosófico. Neste trabalho se propõem que este processo pode conduzir a uma interpretação da realidade posta como natural da violência latente. Sugere-se refletir sobre como a não interpretação da comunidade escolar como mundo comum retira dela a possibilidade da existência de poder e autoridade nas relações coletivas. Nesta etapa então os alunos

aproximarão os conceitos de Arendt da sua própria realidade e tentarão refletir sobre como é possível tornar o poder coletivo novamente presente na comunidade escolar.

Por fim, é possível afirmar que a opção por escolher a oficina filosófica como produto pedagógico é justificável pela forma como esta atividade se encaixa na pesquisa teórica, bem como permite a transposição da teoria para a ação pedagógica prática. Com a oficina pedagógica parece ser possível gerar conscientização, reflexão e combate à violência escolar latente.

4.3. Organização pedagógica.

Neste tópico será proposta uma organização pedagógica de cada etapa da oficina filosófica sobre violência escolar. Serão apresentados textos, vídeos, dinâmicas e sugestões de debates e práticas para cada etapa da atividade pedagógica. Todavia essa organização é um modelo, de modo que quando for colocada em prática existe a possibilidade de reorganização de textos, práticas, discursões e tempo de acordo com as necessidades das prática em sala de aula e suas realidades distintas.

4.3.1. Sensibilização.

Tempo de duração:

Esta atividade possui um tempo previsto de aproximadamente quatro horas aulas (como sugestão é indicado que sejam duas aulas duplas de filosofia o que totaliza aproximadamente duas aulas de 1h e 30m).

Objetivo geral:

Conforme foi apresentado acima este primeiro momento da oficina tem como objetivo sensibilizar os alunos. Como a temática trabalhada é a violência escolar latente, que se apresenta

nas relações e que é colocada como um pano de fundo delas, é necessário que esta etapa chame a atenção dos alunos para esta realidade presente em seu convívio, porém, oculta aos olhos despercebidos. Portanto, o objetivo desta etapa é gerar um novo olhar dos estudantes acerca da sua realidade cotidiana da escola.

Objetivos específicos:

1. Apresentar a realidade cotidiana dos alunos a partir de uma nova visão, de uma nova perspectiva.
2. Demonstrar a existência de violência escolar latente nas relações corriqueiras da comunidade escolar.
3. Apresentar aos alunos que todos os grupos da comunidade escolar praticam esta violência latente e como ela impacta nas relações e estruturas da comunidade escolar.

Estratégias:

A fim de chegar à resolução de cada um dos objetivos específicos desta etapa são apresentadas as seguintes possíveis estratégias:

1. Apresentação de vídeos, músicas ou peças, que chamem a atenção dos alunos e que possam leva-los a enxergar o cotidiano normal com outros olhos. (recomenda-se utilizar materiais que sejam do interesse dos alunos, estilos musicais, vídeos, episódios de series e animes, notícias de esportes, documentários, poemas, filmes, jogos, videogames, entre outros).
2. O professor pode organizar previamente entrevistas com a comunidade escolar. Nestas entrevistas membros da comunidade (professores, alunos, servidores e gestão) podem, de forma anônima³⁸, relatar situações de violência latente que percebem individualmente e como ela interfere no seu cotidiano. Ademais, o professor também

³⁸ É importante deixar claro que caso o professor opte por utilizar esta estratégia deve antes comunicar a gestão escolar e receber aprovação por escrito, comunicar aos responsáveis dos alunos e receber autorização por escrito, estrutura a prática em ata escolar de conhecimento da gestão e dos responsáveis, bem como seguir a risca todas as diretrizes da lei geral de proteção de dados (Lei nº13.709/2018) e suas orientações escolares. Ademais é de grande importância que a equipe de apoio pedagógico seja envolvida na prática, desta forma é de grande valor pedir auxilio a psicólogo, pedagogo, orientador, coordenador e supervisores pedagógicos da comunidade escolar.

pode apresentar vídeos e filmes que contenham pequenos atos de violência escolar latente.

3. Após a apresentação das mídias é importante que o professor desenvolva uma roda de debates com os alunos, na qual eles possam apresentar suas impressões e escutar uns aos outros.

Material:

O professor pode se utilizar de materiais de multimídia para esta etapa tais como televisores, data show, projetor, salas de múltiplas funções, auditório e até mesmo o pátio da escola, desde que o ambiente seja favorável a apresentação das mídias selecionadas e ao debate posterior.

4.3.2. Problematização.

Tempo de duração:

Esta atividade possui um tempo previsto de aproximadamente quatro horas aulas (como sugestão é indicado que sejam duas aulas duplas de filosofia o que totaliza aproximadamente duas aulas de 1h e 30m).

Objetivo Geral:

O objetivo desta etapa é avançar na sensibilização e problematizar a temática da oficina. É necessário estabelecer debates e discussões acerca da violência escolar latente para tentar demonstrar a sua complexidade, como ela está presente na escola desde antes dos atuais membros da comunidade estarem presentes, como cada um participa da manutenção desta situação e qual as possíveis interpretações para mudar esta realidade.

Objetivos específicos:

1. Debater e refletir sobre quais as raízes da violência escolar latente.
2. Debater e refletir sobre como os membros da comunidade escolar vivem a violência latente de forma automática e naturalizada.
3. Debater e refletir sobre qual a responsabilidade individual de cada um na manutenção da violência latente.
4. Quais as reestruturações nas ações dos indivíduos, grupos e comunidade escolar são possíveis para combater a violência escolar latente.

Estratégia:

Propõe-se como estratégia desta etapa as seguintes dinâmicas:

1. Debates qualificado com a presença de membros dos diversos grupos da comunidade escolar (professores, gestores, servidores e alunos), mediado pela equipe de apoio à educação (orientador, psicólogo e pedagogo escolar), no qual seja tratada de forma mais profunda a realidade da violência dentro da comunidade, sua origem, suas consequências e como cada grupo vivencia e é afetado por esta realidade.
2. Debates e oficinas separadas. Na mesma estrutura da opção 1, porém dividida em grupos e em momentos distintos. Os grupos podem ser formados por alunos, por professores ou pode ser mesclado com alguns membros de cada grupo. É necessário chamar atenção que o professor, com auxílio da equipe de apoio a educação devem organizar da melhor forma possível este momento, para que ele de fato seja um ambiente de troca de experiência, reflexão e aprendizagem, não um momento de troca de acusações, o que apenas pode reforçar a violência latente.

Materiais

Os principais materiais desta etapa são os ambientes escolhidos para a dinâmica de reflexão e debate. É importante que o local de debate seja organizado de forma a diminuir as interferências exteriores, sugere-se locais como auditórios, salas de múltiplas funções ou salas amplas da unidade escolar.

4.3.3. Investigação.

Tempo de duração:

Esta atividade possui um tempo previsto de aproximadamente quatro horas aulas (como sugestão é indicado que sejam duas aulas duplas de filosofia o que totaliza aproximadamente duas aulas de 1h e 30m).

Objetivo Geral:

O objetivo central desta etapa é identificar nos textos de Arendt conceitos e reflexões que auxiliem na interpretação da problemática apresentada na oficina filosófica, fazer a aproximação da definição destes conceitos à realidade dos alunos e perceber como eles podem ser ressignificados de modo a apresentar respostas às questões levantadas nas etapas anteriores.

Objetivos específicos:

3. Selecionar textos e reflexões de Hannah Arendt que se aproximem a reflexão dos alunos acerca da violência escolar latente.
4. Encontrar os conceitos de poder, autoridade, força, violência, mundo comum, amor *mundi*, amizade, responsabilidade na educação, educação e novas gerações nos textos de Arendt.
5. Gerar aproximação destes conceitos aos problemas e reflexões desenvolvidas até o momento.

Estratégias:

1. Desenvolver com os alunos momentos de reflexão sobre textos e mídias sobre os conceitos de Arendt.

2. Apresentar proposta de pesquisa em grupos sobre textos específicos e conceitos. Os alunos se dividem em grupos e cada grupo fica responsável por pesquisar e interpretar (com auxílio do professor) conceitos, textos e mídias de Arendt.
3. Atividade em grupo de assistir e discutir vídeos acerca dos conceitos da filósofa alemã de modo a utilizar mídias distintas.

Material:

O material fundamental para esta parte da pesquisa são as mídias e textos sobre a filosofia de Arendt sugere-se os as seguintes fontes de pesquisa:

1. Os livros: Sobre a Violência 2022 (conceitos de poder, autoridade, força e violência); Entre o Passado e o Futuro 2011 (O que é a autoridade, conceito de autoridade; Crise na Educação, conceito de educação, responsabilidade e novas gerações); A Condição Humana 2007 (conceito de mundo comum e ação); Homens em tempos sombrios 1987 (conceito de amor *mundi* e amizade); Porque Ler Hannah Arendt hoje 2021 (Richard Bernstein) (possível apresentação do contexto histórico e conceitual da autora); Também eu Danço 2023 (compilações de poesias de Hannah Arendt); material de apoio para professores: O pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia em Hannah Arendt 2000 (André Duarte); Ética, Responsabilidade e Juízo em Hannah Arendt 2015 (Bethania Assy).
2. Mídias digitais: **Entrevista: O que fica é a língua materna – Hannah Arendt (1964) | Legendas em Português | CEHA (Disponível no Youtube).**
O filme Hannah Arendt de 2012 (retrata a vida e a produção intelectual da filósofa)

4.3.4. Conceituação.

Tempo de duração:

Esta atividade possui um tempo previsto de aproximadamente quatro horas aulas (como sugestão é indicado que sejam duas aulas duplas de filosofia o que totaliza aproximadamente duas aulas de 1h e 30m).

Objetivo Geral:

O objetivo desta etapa final é reinterpretar os conceitos de Arendt à luz das discussões e problemáticas já trabalhadas até então. É necessário aproximar os conceitos aos problemas levantados a fim de gerar novas respostas às perguntas já feitas e novas visões da realidade posta da violência latente.

Objetivos específicos:

1. Aproximar os conceitos de Arendt às problemáticas e reflexões levantadas nas etapas anteriores.
2. Desenvolver os conceitos de mundo comum, autoridade e violência escolar latente na comunidade escolar de modo a interpretar que a violência é um instrumental utilizado nas relações escolares pelo fato de não existir a interpretação de mundo comum, poder coletivo e autoridade.
3. Fomentar junto aos alunos estratégias práticas que possam divulgar as reflexões e conceituações encontradas na oficina filosófica no ambiente escolar de modo a propagar a conscientização, a reflexão e o combate à violência escolar latente.
4. Produzir junto com os alunos um produto final da oficina, seja de forma virtual (com um vídeo de conscientização), seja de forma escrita como um manual de bom convívio na escola, seja na produção de podcast que possam ser apresentados ao resto da comunidade escolar, ou na mistura de ambas as propostas.

Estratégias:

1. Desenvolver com os alunos um produto final da oficina filosófica. Este produto pode ser:
 - 1.1. Um vídeo no qual os alunos expõem as conclusões encontradas e como elas impactam em sua visão da comunidade escolar;
 - 1.2. Uma sequência de podcasts nos quais os alunos entrevistam membros diversos da comunidade escolar (professores, alunos, gestores e servidores) a fim de debaterem as reflexões encontradas na oficina;

1.3.O desenvolvimento de feiras de combate à violência na qual, junto à gestão escolar os alunos podem apresentar de forma lúdica, com brincadeiras e reflexões os debates apresentados na oficina filosófica;

1.4.Criação de peças e musicais que apresentem as reflexões da oficina de forma cultural e musical.

Materiais:

Como as possibilidades de apresentação desta etapa final são diversas sugere-se que seja feita levando em consideração as limitações estruturais e financeiras da unidade escolar, todavia, é importante que o professor com apoio da equipe gestora procure o auxílio de outros setores da secretaria de educação e de outros órgãos públicos que possam auxiliar com matérias, equipamentos e espaços para o desenvolvimento da oficina filosófica.

4.4.Conclusões almejadas pela oficina pedagógica.

Por fim, é importante ressaltar que não se almeja ao fim das oficinas uma resolução completa e definitiva para toda a violência escolar. Como já foi afirmado no primeiro capítulo deste trabalho, a violência é uma realidade complexa e com várias esferas de relações e não é possível apenas com a ação da escola superar estas diversas camadas, visto que muitas delas possuem fatores fundamentais que estão fora do ambiente escolar, bem como a sua resolução só pode ser possível com a ação de outros órgãos públicos. Ademais, mesmo com o recorte de uma violência escolar latente, não é o intuito da oficina chegar ao seu fim com uma solução total desta violência específica. A verdade é que devido à complexidade das relações humanas vivenciadas na escola, bem como a bagagem de vivência que cada membro desta comunidade traz para dentro dos muros de cada unidade escolar, seja um pouco utópico acreditar que após uma dinâmica pedagógica todos estes problemas seriam findados. O que então se espera alcançar com estas oficinas filosóficas? O intuito das oficinas é gerar na comunidade, sobretudo nos alunos, um ambiente de conscientização, reflexão e combate à violência escolar latente.

A conscientização que a oficina busca apresentar está disposta nos dois primeiros passos: a sensibilização e a problematização. Como já foi afirmado ao longo do trabalho a

violência escolar latente se apresenta como algo naturalizado nos convívios diários, assim ela se torna uma ação comum, normal. Esta naturalização da violência latente passa despercebida, visto que sua prática é comum no convívio dos grupos e indivíduos. Para se combater este tipo de violência é necessário antes ter consciência de sua existência, desta forma o primeiro objetivo esperado da oficina é trazer à tona, conscientizar acerca da violência escolar latente e como ela está presente nas relações diárias da comunidade, como impacta os grupos distintos da mesma e seus indivíduos e tornando clara as consequências que ela gera nesta comunidade. Esta ação busca retirar a violência da sombra da naturalidade.

O terceiro ponto da oficina, a conceituação tem por objetivo auxiliar os alunos a encontrarem argumentos que possam fundamentar a nova visão que eles têm da violência escolar. Neste ponto o que se almeja é fazer com que os alunos se aproximem dos conceitos de Arendt a fim de conseguirem sistematizar as diversas reflexões que podem ter surgido desta nova visão das relações conflituosas que estão presentes no seu cotidiano escolar.

Por fim, o último ponto, a conceituação, tem como objetivo auxiliar os alunos a sistematizarem suas conclusões e desenvolverem práticas de disseminação destas na comunidade escolar. Este ponto tem como objetivo colocar na prática a argumentação de que a sala de aula faz a ponte entre prática-teoria-prática-teoria, auxiliando os alunos a transformarem suas reflexões sistematizadas em práticas que de alguma forma impactem o ambiente onde está a problemática que deu origem a todo o movimento da oficina.

Isto significa que não se espera ao fim da oficina erradicar a violência escolar latente de uma vez por todas. Afirmar isto seria um ato irresponsável, todavia, isto significa que apesar das diversas problemáticas encontradas na comunidade escolar e nas relações conflituosas que lá estão presentes é possível haver uma interação reflexiva de alunos e professores na busca de compreender as problemáticas vividas e sistematizar ações que possam melhorar o convívio escolar. Desta forma, não buscar maneiras de pensar refletir e combater a violência escolar também é uma irresponsabilidade. A educação é o momento em que se prepara as novas gerações para o mundo adulto e para viverem seu caráter transformador, para trazerem a novidade que elas são. Portanto a educação está intimamente ligada à política e à vida pública. Fechar os olhos para a educação das novas gerações é fechar os olhos para o futuro político do mundo público. Desta maneira, apostar na educação como caminho para conscientização acerca da violência é apostar em um possível futuro com uma sociedade mais consciente acerca das relações coletivas, com mais alteridade e cuidado com o semelhante. Nas palavras de Arendt:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (Arendt, 2011, p.247).

Relato de Aplicação da Oficina Filosófica.

No ano de 2025, durante o mês de setembro, esta oficina foi aplicada em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na etapa de Ensino Médio. Esta turma estuda em uma Unidade escolar da Regional de Ensino de Brazlândia no período noturno³⁹, possui uma etária entre 20 anos e 60 anos. Esta modalidade de educação é ofertada durante o período noturno e, portanto, conta com particularidades próprias. A educação noturna em escolas públicas do Distrito Federal possui um total de 4h relógio e 5h aulas. Devido às características da Educação de Jovens e Adultos, a oficina foi adaptada em sua estrutura para ser realizada em três aulas (40 minutos cada uma).

No primeiro encontro da oficina foram trabalhados os dois primeiros momentos (Sensibilização e Problematização). Este encontro tinha como finalidade sensibilizar os alunos acerca da violência escolar latente. A estratégia adotada foi a estruturação de um debate entre alunos e professor, no qual o professor questionava os alunos acerca das percepções deles sobre a violência que eles percebem na comunidade escolar. Os alunos relataram que percebem existência de violência na escola e na modalidade de Jovens e Adultos. Entre os principais relatos estão o de que já presenciaram alunos tentando agredir professores fisicamente, existência de bullying na EJA e a sensação de serem humilhados ou tratados como inferiores por professores pelo fato de serem alunos com uma idade já avançada.

Ainda no primeiro encontro o professor levou os alunos a refletirem se a violência na escola acontecia apenas com atos de agressão física e psicológica. A partir da dinâmica de perguntas e questionamentos o professor refletiu com os alunos acerca da existência de uma violência presente como pano de fundo nas relações da comunidade, uma violência que é colocada como normal, comum e que todos acreditam ser uma atitude pedagógica. Os alunos disseram perceber que esta violência de pano de fundo é existente que até então não se questionavam acerca dela.

No segundo encontro fora trabalhada etapa da Investigação. Neste encontro o professor trouxe alguns conceitos da filósofa alemã Hannah Arendt para trabalhar com os alunos. Os conceitos trabalhados foram: violência, poder, autoridade e mundo comum. A estratégia

³⁹ Para preservar a identidade e os dados dos alunos, não serão divulgados nomes, turma e escola.

utilizada pelo professor foi questionar os alunos sobre o que eles entendem de cada conceito e como ele se relaciona com a temática de violência escolar e apresentar os conceitos de Hannah Arendt, bem como relacionar o mesmo com a compreensão dos alunos. No primeiro momento os alunos afirmaram que sua compreensão sobre poder era: “obediência à autoridade”, seja ela o professor, o responsável ou outra autoridade. Já interpretação de violência estava ligada a ideia de que ela é comum e está presente em todo e qualquer grupo, que é normal haver violência caso exista um grupo de seres humanos. Já o conceito de poder foi apresentado como algo ligado à violência, na interpretação dos alunos.

Após a apresentação e reflexão dos conceitos de poder, autoridade, violência e mundo comum em Arendt, os alunos interpretaram de outra forma a existência destes conceitos na comunidade escolar. Uma das reflexões que foi enfatizada pelo professor foi o conceito de mundo comum e de que somente em um mundo comum com alteridade, respeito e participação de todos (alunos, professores e gestão) e que é possível haver poder compartilhado e portanto o reconhecimento da autoridade.

No terceiro encontro fora trabalhada a etapa da Conceituação. O objetivo desta etapa foi fazer um apanhado das reflexões feitas nas duas etapas anteriores e a partir das reflexões pensar em uma estratégia que permitisse o relacionamento na comunidade escolar a partir de um mundo comum e não de uma violência escolar latente.

Os alunos, juntamente com o professor, pensaram em uma estratégia que poderia ser aplicada à realidade da EJA afim de solucionar os conflitos existentes nesta comunidade numa perspectiva de mundo comum. A proposta final foi a criação de uma reunião mensal entre alunos e professores, na qual fosse possível que cada grupo apresentasse suas demandas e pudesse ouvir o outro grupo com alteridade, a fim de juntos chegarem à resolução dos conflitos da comunidade escolar. A organização pensada para essa reunião seria a seguinte: os grupos (alunos e professores) se reuniriam anteriormente para pensar nos conflitos que cada grupo apresentaria (os alunos iriam pensar nas insatisfações que possuíam em relação às metodologias pedagógicas, instrumentos de avaliação e até sobre o relacionamento professor-aluno existente; já os professores pensariam em apresentar as dificuldades relacionadas à participação e comportamento dos alunos em sala de aula); após este momento inicial ocorreria a reunião de fato, cada grupo elegeria representantes para falar em seu nome, estes representantes teriam um tempo determinado (algo em torno de 15 minutos) para apresentar suas demandas e conflitos; após a escuta, os grupos tentariam em coletividade resolver estes conflitos existentes na

comunidade; esta reunião seria mediada por um professor escolhido pelos dois grupos o qual deveria mediar para que a reunião não perdesse o foco de solucionar de forma coletiva os conflitos e se tornasse uma sessão de trocas de acusação.

Após, o término do terceiro encontro, os alunos e o professor já haviam refletido sobre a violência escolar latente e pensado em uma forma de possível solução dos conflitos através da alteridade e da perspectiva de um mundo comum, bem como da construção do poder coletivo. Os alunos disseram que gostaram muito da oficina e que tinham tomado conhecimento sobre direitos que não conheciam. Ao término da oficina o professor chegou à conclusão de que apesar de muito desafiador é sim possível desenvolver estratégias para solucionar conflitos com alteridade, o que desenvolve a fundação de um mundo comum com alteridade, retira a lógica presente de uma violência escolar latente, desenvolve o poder coletivo e a compressão da autoridade. Apesar dos desafios é possível através das aulas de filosofia, refletir, conscientizar e criar uma responsabilidade coletiva acerca da violência escolar latente e do mundo comum.

Considerações finais:

Após o processo de reflexão e investigação acerca da violência escolar latente é possível levantar algumas conclusões. Em primeiro lugar é possível analisar a resposta apresentada à problemática central da pesquisa, bem como analisar se foi possível alcançar com êxito o objetivo do trabalho. Por fim é importante também apresentar a importância deste debate para o ensino de filosofia e quais os possíveis desdobramentos futuros ele possui.

A pergunta fundamental do trabalho é relacionada à relevância do ensino de filosofia para o combate à violência escolar latente. Levando em consideração a construção e delimitação da manifestação específica de violência que é a violência latente, é possível afirmar que a resposta para esta pergunta foi alcançada com êxito. O ensino de filosofia, bem como a sala de aula de filosofia, se apresenta como o local mais favorável da comunidade escolar para iniciar a reflexão, conscientização e responsabilização acerca da violência escolar. É necessário sempre recordar que este processo é pedagógico, ou seja, o ensino de filosofia é essencial para combater de forma pedagógica a violência presente dentro dos muros da escola.

Outra perspectiva que foi alcançada com êxito foi a de que o arcabouço teórico da filósofa alemã Hannah Arendt é de grande importância para este debate. Os conceitos de poder, autoridade, violência, mundo comum, educação, responsabilidade, amizade, *amor mundi* e novas gerações são fundamentais para este debate e são reflexões importantes para despertar a atenção da comunidade escolar para a perda do mundo comum e da autoridade dentro dos muros da escola.

Estas reflexões permitiram alcançar o objetivo central desta pesquisa: demonstrar que o ensino de filosofia é fundamental para o combate à violência escolar latente. A compreensão de que a própria documentação legal da SEEDF que regimenta a organização curricular do novo ensino médio no distrito Federal já traz em si a noção de que as aulas de filosofia devem auxiliar os alunos a despertarem para novas interpretações das problemáticas vivenciadas em seu cotidiano, também torna relevante que a disciplina filosofia é peça chave da conscientização acerca da violência escolar latente.

Ademais, a possibilidade de desenvolver oficinas filosóficas que levam os alunos a compreender a realidade ao seu redor, a violência posta, e a partir dos conceitos filosóficos ter

uma nova visão e novas reflexões demonstra como as aulas de filosofia potencializam uma nova interpretação da comunidade escolar acerca da violência escolar latente e da necessidade de retornar uma compreensão de poder coletivo e mundo comum, caso seja objetivo da mesma comunidade conseguir instalar um ambiente de responsabilidade e autoridade em sua comunidade.

É importante ressaltar que o percurso percorrido para chegar às conclusões da pesquisa é fundamental para as próprias conclusões apresentadas, tendo em vista que a metodologia adotada é semelhante à proposta nas oficinas filosóficas. Foram levantadas novas reflexões acerca de uma problemática importante vivenciada na comunidade escolar. Reflexões e reinterpretções foram feitas a fim de entender a problemática apresentada. Ademais, com o auxílio de conceitos da tradição filosófica foram reinterpretados os fatos já postos acerca da realidade problemática trabalhada. E por fim, novas interpretações, conceituações e conclusões foram alcançadas com o auxílio dos debates filosóficos levantados. Desta maneira a própria construção do texto da dissertação reflete em si o itinerário apontado no capítulo quatro acerca das oficinas filosóficas com os seguintes passos: sensibilização, problematização, investigação e conceituação. Resultado este que já demonstra que a metodologia adota pode sim gerar resultados, tendo em vista que esta pesquisa se apresenta como um resultado de um itinerário de investigações que segue o mesmo padrão da oficina filosófica.

Outra questão fundamental é a relevância desta pesquisa para a comunidade escolar. Ela é importante para ressaltar a complexidade e a realidade da violência presente nas comunidades escolares, presente de diversas formas e com várias manifestações. A pesquisa também aponta de forma indireta para o fato de que mesmo que a instituição escolar apresente diversas medidas para combater esta realidade, ocorre que sozinha a escola não pode solucionar a problemática. Como fora dito no trabalho, a violência não está presente somente na escola e o que a instituição pode fazer é combatê-la de forma pedagógica, porém sozinha ela não pode resolver toda a complexa cadeia de fatos que se desenrolam da violência que recai sobre as escolas.

O texto desta dissertação também deixa a possibilidade de novas pesquisas e reflexões. É possível a partir desta dissertação refletir sobre pontos relacionados à violência escolar latente e sua relação com os membros da comunidade escolar? É possível pensar em como os professores são preparados para vivenciar a realidade da comunidade escolar em seus cursos de graduação? Estes cursos ofertam experiências e reflexões favoráveis à preparação do professor? É possível também refletir acerca de como a violência latente se apropriou do mundo comum

na comunidade escolar, bem como se é possível criar um ambiente estruturado de forma conceitual e prática que favoreça o retorno à comunidade escolar. Desta maneira, a reflexão acerca da violência escolar latente abre várias possíveis reflexões futuras, as quais podem ser de grande valor para a construção da educação no Distrito Federal.

Por último, esta pesquisa é apenas uma pequena gota d'água em um gigantesco mar de problemáticas e realidades difíceis que se apresentam às comunidades escolares no Distrito Federal. Aqui apenas foi apresentado um pequeno recorte da violência escolar e uma das diversas possibilidades de interpretação e reflexão acerca dela. Esta afirmação não é dita de forma pessimista como se desencorajasse o trabalho acerca desta temática. Muito pelo contrário, apenas quer evidenciar que há muito a se fazer e refletir sobre a educação no Distrito Federal e que o ensino de filosofia é uma das mais importantes ferramentas para estas futuras reflexões, debates e novas interpretações da desafiadora, porém gratificante profissão de professor de filosofia. Afinal ser professor é uma escolha consciente e corajosa que se renova e se motiva continuamente a cada nova geração.

Referência bibliográfica:

1. AGUIAR, Odílio Alves. A amizade como amor mundi em Hannah Arendt. *O que nos faz pensar*, n. 28, 2010. Disponível em: <https://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/315>. Acesso em: 11 ago. 2025.
2. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
3. ARENDT, Hannah. *Também eu danço: poemas (1923-1961)*. Belo Horizonte: Relicário, 2023.
4. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
5. ARENDT, Hannah. Entrevista: o que fica é a linguagem materna. 1964. Entrevista concedida a Günter Gaus. Legenda em português. Produção: CEHA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PG8BYwv9IBQ>. Acesso em: 11 ago. 2025.
6. ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
7. ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
8. ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
9. BERNSTEIN, Richard. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
10. BERNSTEIN, Richard. *Por que ler Hannah Arendt hoje?* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.
11. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.
12. CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5864>. Acesso em: 11 ago. 2025.
13. DISTRITO FEDERAL (Brasil). *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, n. 22, 2fev. 2021. P. 30.
14. DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Caderno orientador: avaliação para as aprendizagens – novo ensino médio – rede*

- pública de ensino do Distrito Federal*. Brasília, 2025. Disponível internamente na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
15. DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Currículo em movimento do novo ensino médio*. Brasília: Gráfica e Editora Qualityta, 2022.
 16. DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/08/Regimento-SEEDF-COMPLETO-FINAL.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 17. *Hannah Arendt*. Direção: Margarethe von Trotta. Produção: Bettina Brokemper; Johannes Rexin. Alemanha; Luxemburgo; França: Heimatfilm, 2012. 1 vídeo (113 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IyxU6qLEsa4>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 18. GALLO, Sílvio. *A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade*. Rio de Janeiro: Ethica, 2006. Disponível em: <https://lasalvia.prof.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/gallo-filosofia-e-seu-ensino-conceito-e-transversalidade.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 19. PEREIRA, Taís Silva; PINTO, Gonçalves Pinto. Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto. *O que nos faz pensar*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32334/oqnf.2019n44a673>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 20. PRIOTTO, Elis; BONETI, Lindomar. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2009000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 ago. 2025.
 21. SILVA, Sullyvan Garcia; JUNIOR, Paulo Lima; CARUSO, Haydée. A violência urbana e escolar nas periferias de Brasília. *Educação & Sociedade*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8wmBG7WwBMKYTWqD6xjzgnR/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 22. SOUZA, Hadamo Fernandes de. *Indisciplina na escola: a educação física como mecanismo de castigo*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38449>. Acesso em: 11 ago. 2025.
 23. UNESCO. *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*. Brasília: UNESCO, 2019.

24. ZIZEK, Slavoj. *Violência [recurso eletrônico]: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014. Recurso digital.